

X ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE COIMBRA

ANTE-PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA

24-03-2022

Índice remissivo

Introdução.....	3
I – Caracterização Económica e Social do Distrito.....	5
1.1. Evolução social.....	5
1.2. Aparelho produtivo e emprego.....	6
1.3. Indústria.....	10
1.4. Agricultura e Floresta.....	12
1.5. Pescas.....	16
1.6. Transportes, acessibilidades e mobilidade.....	17
1.7. Comércio e serviços.....	19
1.8. Turismo.....	19
1.9. Serviços públicos.....	21
1.10. Educação e Ensino.....	23
1.11. Saúde.....	28
1.12. Cultura.....	33
1.13. Poder local democrático.....	40
1.14. Juventude.....	40
1.15. Comunicação Social.....	42
1.16. Ambiente.....	43
1.17. Justiça.....	45
II - Relatório de actividades 2018-2022.....	48
III - Luta de massas.....	55
3.1. MSU.....	55
3.2. Outras Associações e Movimentos de Massas.....	56
3.3. Eleições.....	57
IV – Reforço do Partido.....	58
4.1. Partido, Organização e Intervenção Política.....	58
4.2. Funcionamento, estruturação e trabalho de Direcção.....	58
4.3. Organizações de empresa e local de trabalho.....	60
4.4. Militância e responsabilização de quadros.....	61
4.5. Recrutamento organizado e personalizado.....	62
4.6. Festa do Avante!.....	63
3.7. Quotas e capacidade financeira do Partido.....	63
3.8. Informação, propaganda e imprensa do Partido.....	64

Introdução

Após a última Assembleia da Organização Regional, em 2018, o quadro político e a acção do PCP, no país e no distrito, ficaram marcados, pelas decisivas lutas dos trabalhadores e das populações, pelas comemorações do Centenário do PCP, pela realização de actos eleitorais, em particular as eleições para a Assembleia da República em outubro de 2019 e em janeiro de 2022, pela evolução do quadro epidémico COVID-19, pelo sério e perigoso agravamento da situação internacional em resultado da investida exploradora e agressiva do imperialismo e por uma intensa e prolongada operação contra o PCP, sustentada na mentira, na difamação e na promoção de preconceitos.

Como o PCP tem vindo a alertar, a guerra surgiu cada vez mais como a resposta à crise em que o sistema capitalista mergulhou. O agravamento da situação, de consequências graves e imprevisíveis, requer mobilização e acção pela paz e não para a escalada da guerra, requer solidariedade e ajuda humanitária às populações, que não se pode confundir com o apoio a grupos fascistas e neonazis, mas também exige forte denúncia da estratégia de escalada armamentista e de dominação imperialista que os EUA há muito puseram em marcha.

A resposta dos trabalhadores e das populações às tentativas de intensificação da exploração a propósito da epidemia foi decisiva. Para lá de centenas de acções em todos os sectores, destaca-se a jornada de luta do 1.º de Maio de 2020, convocada pela CGTP-IN que, pelas condições especiais em que se realizou, constituiu uma das mais significativas jornadas de luta das últimas décadas, afirmando na rua os direitos colectivos dos trabalhadores.

As comemorações do Centenário do PCP sob o lema “O futuro tem Partido” tiveram um ponto alto no dia 6 de Março de 2021 com um conjunto de iniciativas por todo o País (“100 anos, 100 acções”). Sob o lema “Liberdade, Democracia, Socialismo – Pelos direitos, a melhoria das condições de vida e o progresso social. Contra a exploração e o empobrecimento” realizaram-se, no distrito de Coimbra, acções em seis localidades. Também se destacam, entre outras, o espetáculo “Venham Mais 100”, o debate “Ciência e Tecnologia ao serviço do desenvolvimento do país” e o Ciclo de debates “Arte e Pensamento: Modos de Transformar”.

No distrito o PCP teve um papel determinante na denúncia e combate à exploração e à precariedade laboral; na exigência da conclusão da obra hidroagrícola do Baixo Mondego; na reivindicação de medidas de apoio à produção industrial; na exigência de apoios à floresta e agricultura familiar; no alerta para as consequências para o comércio tradicional da abertura de grandes superfícies comerciais; na luta pela reversão da fusão dos Hospitais de Coimbra, contra o encerramento, privatização e destruição de serviços públicos, hospitais, maternidades, centros de saúde, escolas e estações de correio; pela valorização da Universidade de Coimbra, pela reivindicação de serviços de cuidados continuados no SNS, na reivindicação persistente de transportes públicos acessíveis a todos, reabrindo os Ramais Ferroviários da Lousã e da Pampilhosa e defendendo os SMTUC e a melhoria das acessibilidades.

O período entre Assembleias foi um período que confirmou a intervenção decisiva do PCP, das suas propostas e soluções, da sua determinação em não desperdiçar nenhuma oportunidade para defender e conquistar direitos. Tal como em 2015, quando foi preciso afastar o PSD e o CDS do Governo e interromper a sua política de desastre nacional, o PCP teve um papel decisivo ao longo dos últimos anos quando se concretizou um caminho de defesa, reposição e conquista de direitos e quando se tornou necessário enfrentar os impactos da epidemia, encontrar soluções e corrigir aspectos gravosos que tinham sido impostos no Orçamento suplementar de 2020, contra o qual o PCP votou.

As eleições legislativas de 2019 traduziram-se numa relação de forças semelhante à de 2015, mas com uma conjuntura política distinta. Tal como o PCP alertou, a não obtenção pelo PS

da maioria absoluta, num quadro em que PSD e CDS viram confirmada a sua condenação, não foi por si só condição suficiente para garantir um percurso de novos e mais decisivos avanços e para prevenir o perigo de andar para trás no que se alcançou.

Ganhou reforçada premência a necessidade do aumento geral dos salários, do combate à precariedade, à desregulação dos horários e ao desemprego, da revogação das normas gravosas da legislação laboral, do aumento das reformas e pensões, de enfrentar e solucionar as dificuldades no acesso à habitação, de garantir os direitos das crianças e dos idosos, de controlar o aumento de preços de bens e serviços essenciais, assim como a necessidade do incremento do investimento público e de estímulos ao desenvolvimento económico. Tornou-se inadiável responder às debilidades dos serviços públicos, com particular evidência no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública e na Segurança Social. Ficou expressa a necessidade de apoiar a actividade das micro, pequenas e médias empresas.

O País precisa de outras opções e de encetar um caminho alternativo de desenvolvimento económico e social. Foi esse o sentido da intervenção do PCP no processo de discussão do Orçamento do Estado para 2022. Passado o período mais agudo da epidemia, e quando se anunciavam vultuosos recursos financeiros, não era aceitável adiar a resposta aos problemas que o País enfrentava e enfrenta. Foi essa a opção que o PCP assumiu. Ficou claro que o PS queria eleições, não queria encontrar soluções.

Durante este período, não escondendo dificuldades, o Partido no distrito deu passos na criação de células de empresas, aumentou o número de concelhos com organismos e colectivos a funcionar, persistindo dificuldades na estruturação da organização do Partido, na integração de novos militantes e na responsabilização de mais militantes por tarefas concretas.

I – Caracterização Económica e Social do Distrito

1.1. Evolução social

O distrito de Coimbra compreende uma área total de 3974 km² e está dividido em 17 concelhos e 209 freguesias. Segundo os Censos de 2021, a população residente era cerca de 408 mil habitantes (426 mil em 2011) representando um decréscimo de 4,3% da população em relação aos Censos de 2011, uma quebra superior à que ocorreu entre 2001 e 2011. Todos os concelhos perdem população, sendo que os mais afetados por esta perda populacional são os concelhos de Penacova (-14,02%), Góis (- 10,54%) e Soure (- 10,31%). Verifica-se também uma redução do número de jovens com menos de 15 anos, que de 55.000 em 2011 passam para cerca de 49.000 em 2016 e para 46584 em 2021.

Apesar da redução da população, o número de pessoas com mais de 65 anos aumenta, passando de 61 mil pessoas para 65 mil. Isto significa que o rácio do número de idosos por cada habitante com menos de 15 anos (índice de rejuvenescimento) passa de 1,74 idosos por cada jovem em 2001 para 2,06 em 2016 e para 2,7 em 2021. A este nível, o concelho da Pampilhosa da Serra tem o valor mais elevado com um índice de 7,99. Arganil, Cantanhede, Figueira da Foz, Góis, Mira, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares encontram-se também acima da média distrital dos índices de envelhecimento. As políticas dos sucessivos Governos têm acelerado a desertificação do distrito também por via do desinvestimento e do adiamento consecutivo de investimentos que seriam fundamentais para relançar o emprego e o crescimento económico da Região.

Em termos de poder de compra, apenas o concelho de Coimbra se situa acima da média nacional (30% acima da média). Em contraste, os concelhos de Penacova, Pampilhosa da Serra

têm um poder de compra inferior a 65% da média nacional, o que demonstra a disparidade existente entre áreas do nosso distrito.

O PCP reitera a necessidade de um reforço da atribuição de verbas ao distrito consubstanciado numa aposta real e eficaz no investimento público, através da criação e renovação de infra-estruturas e serviços que contribuam para o crescimento económico da Região e para a melhoria da qualidade de vida das populações, mas também medidas para responder ao défice demográfico, garantir os direitos das crianças e travar a emigração dos jovens.

1.2. Aparelho produtivo e emprego

As políticas de direita inimigas do crescimento económico tiveram resultados desastrosos de que ainda hoje a economia e o País não recuperaram. Alguns exemplos são a não criação de novos postos de trabalho, o crescimento de encerramentos e falências, e muitos despedimentos.

O ritmo de encerramento de empresas continua elevado. Segundo o INE em 2019 houve 6793 “mortes” de empresas na Região de Coimbra . O sector mais afectado com o encerramento de empresas foi o comércio a retalho, representando quase 13% dos encerramentos. Numa região com um défice de produção importante, há que registar que mais de 12% dos encerramentos são empresas do sector agrícola e da indústria transformadora.

A evolução em termos da convergência com a média europeia, do PIB *per capita*, em que apesar da recuperação, a região de Coimbra apresenta, em 2020, um PIB *per capita* correspondente a 76,4% da média europeia (contra 77,8% em 2010):

	Produto interno bruto por habitante em PPC (UE27=100)						
	Período de referência dos dados						
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Região de Coimbra	76,4	78,6	78,2	77,4	77,8	77,5	77,5

	Emprego - indivíduos totais por Localização geográfica						
	Período de referência dos dados						
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Região de Coimbra	191,288	189,406	188,97	188,951	184,336	183,676	183,677

Em 2010 havia quase 200 mil empregados no Distrito, em 2013, atingiu-se o valor mais baixo com 182 mil empregados. A partir de 2015/2016 verifica-se uma inversão. Apesar da importante redução na taxa de desemprego verificada nos últimos anos também beneficiar da redução da população activa. Apesar do crescimento o número de empregados em 2020 (191.288) ainda se encontra muito abaixo do nº de 2010. No entanto os dados não deixam de comprovar que a melhoria das condições de vida, o alargamento de direitos e valorização dos salários e pensões, o aumento do rendimento disponível das famílias, conseguidas pela luta e intervenção do PCP, são condições de desenvolvimento, de criação de riqueza e de emprego. Contrariando teses que a única política possível seria a do empobrecimento e do agravamento da exploração.

	Desemprego registado por 100 habitantes com 15 ou mais anos de idade (%)						
	Período de referência dos dados						
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Região de Coimbra	3,4	3	3,4	4,1	5	5,2	6,1

	Desemprego jovem registado por 100 habitantes com idade entre 25 e 34 anos (%)						
	Período de referência dos dados						
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Região de Coimbra	6,4	5	5,6	7	9	9,2	10,6

Ao nível do emprego existem igualmente disparidades que importa assinalar. O ganho médio mensal pago no sector privado é muito diferente de concelho para o concelho e está intimamente relacionado com o tecido produtivo aí existente. Destaca-se a Figueira da Foz com os salários mais altos seguida de Coimbra, Cantanhede, Soure e Lousã únicos concelhos com um ganho médio mensal bruto superior a 1000 €/mês. No entanto, a realidade do restante distrito é bem diferente:

Localização geográfica	Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica em 2019
Arganil	861,1
Cantanhede	1083,3
Coimbra	1182,4
Condeixa-a-Nova	999,8
Figueira da Foz	1194,7
Góis	822,9
Lousã	1000,7
Mira	942,5
Miranda do Corvo	881,4
Montemor-o-Velho	968,7
Oliveira do Hospital	902,5
Pampilhosa da Serra	857,1
Penacova	961,6
Penela	939,7
Soure	1007,6
Tábua	919,1
Vila Nova de Poiares	956,5

Os valores mais baixos são encontrados em Arganil com 861,1, em Góis com 822,9 €/mês, e em Pampilhosa da Serra com 857,1 €/mês de ganho médio mensal. Estes dados confirmam a emergência nacional de aumento geral dos salários. Portugal e o distrito não têm futuro insistindo num modelo económico que tem como fonte de competitividade os baixos salários e a

precariedade, sendo que a valorização dos salários é inseparável da eliminação das normas gravosas da legislação laboral e reposição da negociação colectiva.

Outra análise que nos permite compreender melhor qual a evolução da economia na região, passa pela observação da sua composição sectorial:

Atividade económica	Pessoal ao serviço (N.º) dos estabelecimentos por Atividade económica						
	Período de referência dos dados						
	2019	2018	2017	2016	2015	2014	Var. 2014 / 2021
Total	148619	145184	141368	135766	131693	128088	14%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7775	7881	7988	7788	7881	7820	- 5%
Indústrias extrativas	145		162		219	216	-33%
Indústrias transformadoras	27295	26657	25517	24314	23236	23077	15%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	755	766	721	716	375	312	58%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1355	1168	1132	1092	1129	1118	17%
Construção	14918	14387	13994	12841	12119	11991	20%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	30340	29904	29489	28953	29048	28305	7%
Transportes e armazenagem	8284	8028	7722	7454	6911	6523	21%
Alojamento, restauração e similares	11655	11037	10608	10026	9591	9241	21%
Atividades de informação e de comunicação	3709	3271	2998	2681	2590	2469	33%
Atividades imobiliárias	1758	1647	1493	1349	1226	1160	34%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3709	9249	8875	8352	8215	8169	-54%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	11173	11918	12123	12237	11534	10949	2%
Educação	4186	4159	4021	3966	4289	4065	3%
Atividades de saúde humana e apoio social	9864	9481	9101	8562	8207	7782	21%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1852		1791		1554	1481	20%
Outras atividades de serviços	3724	3684	3633	3581	3569	3410	8%

Entre 2010 e 2015 número de pessoal ao serviço nas empresas do sector privado tinha caído cerca de 5% no distrito, fundamentalmente pela perda de empregos na construção (5000), indústria transformadora (1600), no Alojamento e Restauração (800), na Educação (700). Entre 2014 e 2019 sobre 14%. No entanto, importa salientar, em alguns destes casos o que aconteceu foi uma transferência das funções públicas para entidades privadas o que faz com que esses trabalhadores passem a ser contabilizados neste número.

1.3. Indústria

O PCP tem vindo a colocar a necessidade de reindustrialização do país e da região. Tem sido óbvio o crescimento do sector dos serviços face aos outros sectores, que estagnaram ou pouco progrediram, e em alguns casos definharam, o que coloca a necessidade de promoção da produção agrícola, silvícola e das pescas, assim como na indústria extractiva e transformadora e na produção energética, em que, apesar de uma evolução de 15% do número de trabalhadores, continua a níveis baixos. Isso não significa que se menosprezo de outros sectores produtivos integrados nos serviços, quando se sabe que no sector terciário cresceram acima de tudo actividades não produtivas como as financeiras e imobiliárias. Mas torna-se evidente a necessidade de dar uma ênfase especial à produção de bens transaccionáveis e de energia, em que o atraso se tornou particularmente expressivo.

O tecido industrial e produtivo continua a ser caracterizado por um peso significativo de micro, pequenas e médias empresas onde o número de trabalhadores também tem vindo a decrescer. Os principais sectores de actividade industrial, em termos de pessoal contratado, são o sector da Indústria Alimentar, o sector da Fabricação de Produtos Metálicos, a Indústria de Vestuário, a Cerâmica, Vidro e Cimento, a fabricação de Mobiliário e a fabricação de Pasta, do Papel e do Cartão.

Defender a produção industrial implica medidas de apoio às indústrias metalomecânicas, navais, cerâmicas, têxteis, em particular as pequenas e médias empresas, no que diz respeito à facilitação de acesso ao crédito e a implementação de medidas de valorização da indústria ao nível da energia e combustíveis. Sem valorização dos salários e pensões não pode haver dinamização económica. Sem incentivo à produção não é possível criar emprego. Na intensa acção do PCP no Distrito, destacaram-se os inúmeros contactos, visitas e acções para valorizar e promover a produção nacional.

No sector alimentar mantêm-se os constrangimentos burocráticos das candidaturas a apoios comunitários, constrangimentos devido à escassez de produtos agrícolas locais e de outras matérias-primas. Os custos de contexto, com destaque para a logística e a energia, continuam a ser limitativos, assim como o papel da grande distribuição cujas práticas abusivas persistem e se aprofundam.

No sector da pasta de papel, a Navigator Company, que apresentou 171 milhões de euros de lucros em 2021, mais 57% que em 2020, De acordo com os mais recentes dados do Instituto Nacional de Estatística referentes a 2020, a Navigator ocupa, pelo quarto ano consecutivo, o terceiro lugar na lista das maiores empresas exportadoras em Portugal. Num ano marcado por um cenário pandémico, consta do ranking das maiores exportadoras do país com mais de 90% dos seus produtos vendidos em 130 países dos cinco continentes, trabalhando com cerca de 5.600 fornecedores nacionais, gerando, de forma directa, indirecta e induzida, mais de 30 mil postos de trabalho.

A Celbi produz fibras celulósicas a partir de eucalipto. No seu conjunto, Celbi, Biotek e Caima, as três unidades de produção de pasta do grupo Altri, registaram um recorde de produção e vendas nos primeiros nove meses de 2021. No total foram produzidas 865,9 mil toneladas de fibras celulósicas, um aumento de 4,5% face ao mesmo período de 2020. Apesar destes números. Apesar do crescimento destas indústrias foi possível identificar, nas indústrias adjacentes, os efeitos da destruição da capacidade produtiva do país. Há cerca de 20 anos, a Celbi, comprava em Portugal cerca de 45% dos produtos químicos necessários para a fabricação da pasta de papel. Hoje, apenas compra em Portugal menos de 10% desses químicos. Este é um exemplo claro do total abandono do sector produtivo nacional que é extensivo a toda a indústria e pelo desinvestimento público que levou à dependência externa de matérias primas e produtos em que Portugal era auto-suficiente.

No sector dos cimentos, o facto de a CIMPOR ter uma estrutura accionista sob controlo de um grupo estrangeiro suscita preocupações. A empresa está a braços com uma conjuntura de crise da construção civil, produzindo muito abaixo da capacidade máxima e sobretudo para o mercado externo. A falta de medidas de valorização da indústria ao nível da energia e combustíveis, que representam quase 40% dos custos de produção, colocam esta unidade em desvantagem competitiva relativamente a outras fábricas de outros países da UE. O facto de grande parte das funções inerentes o processo produtivo ser realizada por empresas externas traz grandes preocupações, na medida em que já são mais os trabalhadores de empresas externas a realizar trabalhos permanentes na empresa do que os trabalhadores do quadro da CIMPOR, o que precariza as relações laborais e serve de pressão no sentido da redução de direitos.

O sector da construção naval é um sector fundamental para a economia Portuguesa que deveria ser valorizado e defendido. Contudo, os Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz, empresa para a qual a entrada de Portugal na UE foi dramática tem a sua sobrevivência adiada por falta de políticas específicas de apoio. A dificuldade em obter garantias bancárias para o seu financiamento põe em causa a sua actividade. O PCP tem vindo a intervir, ao nível local e nacional, bem como no Parlamento Europeu, no sentido de alertar para os problemas desta unidade histórica de construção naval, fundamental para que Portugal não perca saber-fazer num sector determinante.

A indústria cerâmica, que foi muito significativa no distrito, não escapou à política de direita de desmantelamento do aparelho produtivo no País e no distrito de Coimbra, particularmente ao nível do encerramento de empresas. Um terço dos custos de produção corresponde à energia (dos quais, um terço energia eléctrica, dois terços gás natural) e que os custos com a mão-de-obra estão longe de ser um factor de constrangimento para o crescimento das empresas, comparado com os custos da energia, os custos com o financiamento/acesso ao crédito, e a operação de transportes e logística no âmbito das exportações. Identifica-se, em algumas empresas, a importância da procura interna, mais do que a evolução dos mercados internacionais, nas perspectivas de crescimento favorável das vendas. Estes e outros exemplos remetem para a urgência de uma política que defenda e promova a produção nacional, com planificação da actividade económica e o desenvolvimento de uma política em defesa da indústria.

A condução da política do comércio externo da UE segundo os interesses das grandes potências, na organização mundial do comércio ou em acordos multilaterais (como no caso do acordo multifibras, ruinoso para os têxteis e vestuário nacionais) agravou a sobrevivência até dos sectores de baixa eficiência em que o país se aquartelara. A união económica e monetária, o euro e o pacto de estabilidade vieram na primeira década deste século ampliar e intensificar os 48 problemas existentes nos sectores produtivos, conduzindo a anos consecutivos de divergência na evolução do PIB face à média da UE.

1.4. Agricultura e Floresta

Numa perspetiva de utilização de recursos nacionais tendente a criar desenvolvimento económico e emprego, o sector primário com toda a sua multiplicidade de atividades deveria ocupar a principal preocupação de um qualquer governo que assentasse a sua política na defesa e valorização da independência alimentar.

A Política Agrícola Comum (PAC), dominada pela grande agro - industria e a grande distribuição, e pelas grandes empresas agrícolas, tem grandes implicações na agricultura nacional e na vida dos agricultores portugueses, principalmente na agricultura familiar.

É necessária uma intervenção clara e forte na defesa da nossa agricultura e da nossa floresta, no contexto da PAC e da União Europeia.

Portugal precisa de outras e melhores políticas agro - rurais, que defendam a produção agrícola e florestal nacional, enquanto setores estratégicos e garante de soberania.

Num total de 13946 explorações agrícolas no distrito (censos 2019),6467 são de culturas de cereais para grão , de hortícolas, e culturas permanentes; 1373 ha são de área de vinha. A percentagem de explorações com menos de 5 ha no Distrito de Coimbra ronda os 90%. A idade média do agricultor individual entre 2009 e 2019, passou de 63 para 65 anos.

No Baixo Mondego as principais culturas são o milho, o arroz, a batata, o vinho e hortícolas; ainda com alguma importância a produção de leite de vaca, tendo o número destes produtores reduzido drasticamente nos últimos 10 anos. Na Zona da Serra são as culturas mistas, e a produção de ovinos e caprinos para leite e carne. Em relação à floresta no distrito de Coimbra houve grande aumento de áreas com eucalipto, e diminuição das florestas de pinho e de carvalho.

São muitos os problemas que a agricultura e a floresta enfrentam no distrito de Coimbra. Problemas que as políticas dos sucessivos governos não só não resolveram, como até agravaram.

Os preços baixos na produção são uma autêntica pandemia e os agricultores o elo mais fraco da cadeia agro - alimentar. A subida brutal do preço dos combustíveis, da eletricidade, dos fertilizantes, da alimentação animal, entre outros, tem efeitos desastrosos no rendimento dos agricultores e na viabilidade das suas explorações

É urgente garantir preços justos na produção e combater os elevados e (especulativos) custos dos fatores de produção, assim como assegurar um maior desconto nos impostos em vigor para o gásóleo agrícola, e a concretização do apoio aos custos com a eletricidade nas explorações agrícolas e pecuárias, aprovados pela Assembleia da República.

O problema dos prejuízos provocados nas culturas por javalis e outros animais selvagens mantém-se sem resposta eficaz, e a alimentação destes animais não pode ser feita à custa do trabalho e do investimento dos agricultores. O Governo desresponsabiliza-se, atirando as indemnizações para as associações de caça.

São urgentes medidas do Governo no controlo sanitário das densidades populacionais das espécies, no pagamento dos prejuízos causados, e nos apoios à instalação de cercas de contenção.

A Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego nos rios Ega, Pranto, Arunca e Campo de São Facundo continua a marcar passo. É necessário avançar com a obra de emparcelamento, rega e enxugo. Os agricultores estão cansados de promessas dos sucessivos governos do PS e do PSD, que em visitas e declarações já anunciaram a sua calendarização e conclusão, mas até agora é o que se vê: continuam por concretizar.

A somar à não realização do emparcelamento agrícola, nos últimos 5 anos foi notória a falta de água para a cultura do arroz no Baixo-Mondego principalmente no Vale do Pranto e do Arunca.

A este problema somou-se a dificuldade do controlo de pragas, infestantes e doenças.

O resultado é que no Baixo-Mondego, de uma média de 6 toneladas/hectare até 6/7 anos atrás, passou-se para um rendimento máximo de 4,5 a 5 toneladas/hectare, pondo em causa a sobrevivência do setor.

O Governo têm que intervir no sentido de um abastecimento suficiente de água aos agricultores do Baixo – Mondego.

Nos últimos 5 anos os agricultores no Baixo – Mondego têm sido castigados com chuvas contínuas, cheias, tempestades, furacões.

Os prejuízos têm sido brutais, os apoios do governo são escassos e as companhias de seguros inventam formas burocráticas de não pagarem os prejuízos.

O Governo têm que criar um seguro público, que assegure efetivamente o pagamento total dos prejuízos sofridos pelos agricultores.

Uma resposta eficaz para o desenvolvimento da nossa agricultura e da floresta só é possível com um Ministério da Agricultura reforçado, que abranja as áreas da Floresta e do Desenvolvimento Rural, e com competências, meios e recursos humanos necessários para apoiar o trabalho e a gestão das explorações agrícolas familiares em todo o território nacional.

Reverter este caminho de desmantelamento exige o reforço dos meios humanos e financeiros do Ministério da Agricultura, para com uma política de proximidade se consiga dar resposta aos vastos problemas que afetam o sector e os agricultores"

A concretização, plena e estruturada, das medidas preconizadas no Estatuto da Agricultura Familiar é fundamental para desenvolver as explorações agrícolas familiares, que constituem mais de 90% dos agricultores do país. De igual forma, importa o desagravar das condições de acesso, alteradas pelo Ministério da Agricultura no ano transato, no que respeita à contabilização do rendimento da família agrícola.

No nosso distrito assim como no resto do País, os agricultores têm a média de idades mais elevada da Europa. O rejuvenescimento da agricultura é urgente. É necessário criar condições para travar o êxodo rural e para a fixação de jovens e novos agricultores familiares no campo além dos 5 anos obrigatórios dos projetos de novas instalações.

As mulheres no nosso distrito, são determinantes na agricultura familiar e no mundo rural, têm de ser valorizadas com medidas que as discriminem positivamente e lhes garantam uma vida digna em condições de igualdade.

Revitalizar o Mundo Rural principalmente no interior do nosso Distrito, passa também pela (re) abertura de serviços públicos de qualidade e de proximidade, como centros de saúde, escolas, transportes ou postos de correio.

Floresta.

Os baixos preços da madeira na produção, aliados ao aumento brutal dos custos dos fatores de produção, reduzem praticamente a zero os rendimentos dos produtores florestais.

O ciclo dos incêndios florestais reduz praticamente a zero os rendimentos dos agricultores já que a madeira ardida tem muito pouca procura, os preços tornam-se ridículos e a madeira acaba por apodrecer na mata.

Sem o aumento do preço da madeira na produção não se resolvem os problemas crónicos da floresta.

Continua a monocultura das grandes manchas de eucalipto. A não reconversão da floresta, a partir do Estado, envolvendo os agricultores e produtores florestais, tenderá a agravar o sector florestal.

O Governo tem de enfrentar, com coragem e vontade políticas, o “quero, posso e mando” da grande indústria florestal por forma a criar condições para o aumento dos preços da madeira e da cortiça na produção, assim como criar condições para a redução dos custos dos fatores de produção. Só assim será possível um reganhar de confiança dos produtores no interesse económico pela floresta.

É preciso um outro ordenamento florestal, incluindo o apoio à sua reconversão por espécies folhosas e autóctones, na linha de uma floresta de uso múltiplo, que ajude inclusive a evitar os grandes incêndios.

O combate à Vespa Velutina ou Vespa Asiática, não está a surtir efeito, com cada vez mais abelhas e colmeias a desaparecer por ação destas. Os produtores de mel veem os seus apiários dizimados e a produção de mel a caminhar para uma redução drástica.

O Governo tem que tomar medidas concretas para travar esta praga de vez. Com um cada vez maior envelhecimento e diminuição drástica da população nas zonas serranas do nosso distrito, as áreas baldias podem desempenhar um papel fulcral no desenvolvimento sustentável destas economias .

Mas para que isso aconteça é fundamental que o Governo respeite e apoie a natureza comunitária dos Baldios, sem discriminação de qualquer tipo das áreas geridas pelos compartes.

A criação de grupos de baldios apoiados pela BALADI – Federação Nacional dos Baldios, um dos quais no Distrito de Coimbra, veio permitir uma maior intervenção técnica e desenvolvimento, nestas áreas comunitárias. A não criação das equipas de sapadores florestais em falta, a não implementação do corpo de guardas florestais, a não recuperação das casas florestais, assim como o não investimento do Estado na floresta irá degradar ainda mais este importante setor, propiciará novos grandes incêndios, agravará as condições climáticas, o meio ambiente, a biodiversidade, a erosão dos solos. A passagem da Floresta para o Ministério do Ambiente não veio contribuir em nada para melhorar os rendimentos dos pequenos e médios proprietários florestais. Foi uma medida para agradar à grande indústria de transformação de madeira e de cortiça, aos interesses instalados em lucrar nos negócios que já acontecem em torno da “retenção do carbono”, dos “mercados (leilões) das licenças de emissão do Carbono” e da especulação aí reinante, matérias que são da tutela do Ministério do Ambiente e da Ação Climática. No PDR, Programa de Desenvolvimento Rural, 2020, o setor florestal registou a mais baixa taxa média de execução (investimento), principalmente porque o Governo reduziu as percentagens de cofinanciamento nacional em todas as medidas deste programa para a Floresta. É urgente uma política florestal do Governo, que faça aumentar o preço da madeira na produção, que defenda os ecossistemas naturais, que ajude a uma floresta multifuncional.

1.5. Pescas

A importância deste sector para a independência alimentar do País e para o equilíbrio da balança comercial obriga a que qualquer governo, defensor da soberania nacional, adopte políticas de protecção e de desenvolvimento integrado em toda a sua fileira.

Em 2014 estavam licenciadas 83 embarcações na área abrangida pela da capitania da Figueira da Foz, das quais 17 estavam registadas na arte xávega, 12 na do cerco, 6 de arrasto. Nesse mesmo ano de um total de 21 embarcações de pesca longínqua registadas em Portugal, 13 eram propriedade de armadores da região centro. Existiam ainda registados 67 indivíduos registados na arte da “ameijoeira” (pesca apeada), de um total de 103 existentes na região centro. No mesmo ano estavam ainda activas 27 marinas de sal na Figueira, cuja produção é, em níveis consideráveis, exportada. Existem ainda, 4 indústrias de congelação de pescado fresco e empresas de preparação de pescado congelado, assim como empresas ligadas a salga de peixe, e 2 empresas conserveiras.

Os sucessivos governos PS, PSD e CDS, numa total subjugação aos ditames da UE, têm hipotecado o sector aos interesses mercantilistas da Política Comum de Pescas cujo objectivo é a privatização dos recursos marinhos. Ano após ano define a capacidade dos pescadores portugueses poderem pescar “num mar que já foi nosso” estando cada vez mais confinados às autorizações e quotas definidas em Bruxelas.

O PCP tem vindo a intervir no sentido de salvaguardar a especificidade da arte xávega face às restantes artes de pesca. Na informação veiculada, a arte xávega tem um impacto reduzido ao nível das reservas de pescado. Em contrapartida, o impacto social, sobretudo a nível local é de enorme importância, assim como com impactos positivos ao nível do turismo. Neste sentido, existem um conjunto de aspectos que devem ser melhorados, muitos dos quais objecto já de intervenção do PCP na Assembleia da República. Estamos a falar dos motores autorizados, do apoio ao combustível, do processo de venda em lota e ao público e da permissão de comercialização do primeiro lance independentemente da categoria do pescado.

Ao mesmo tempo que são conhecidas as medidas draconianas impostas à frota portuguesa, na sua imensa maioria artesanal, não se vislumbram limites à actividade predatória das grandes frotas industriais. O baixo preço de primeira venda do pescado, aliado aos custos de produção, nomeadamente combustíveis constituem problemas para o sector

Sem uma ruptura decisiva com esta política, tal como preconiza o PCP, o sector das pescas, que há cerca de 30 anos produzia 70% das necessidades de pescado da população, hoje não vai além dos 50% impondo um défice crónico e em crescimento, que em 2015 atingiu os 735

milhões de Euros, está irremediavelmente condenado a ser uma actividade cujo produto essencial à vida e à saúde da população será cada vez mais destinado aos sectores mais favorecidos economicamente.

1.6. Transportes, acessibilidades e mobilidade

Temos assistido, no distrito de Coimbra, a um desinvestimento sistemático nos principais meios de transporte. Algumas importantes infraestruturas estão cada vez mais necessitadas de intervenção de recuperação e manutenção. Tanto a nível do transporte de mercadorias como do transporte de passageiros, a situação é, cada ano que passa, mais gravosa e com impactos mais negativos na vida das populações.

As tradicionais vias rodoviárias do distrito estão saturadas e apresentam níveis de degradação crescentes. Por outro lado, as novas vias ou troços construídos, como o da A17, A14 e A13 apresentam portagens elevadas que inviabilizam a sua utilização diária pelos utentes. Desta forma, o resultado do investimento realizado é rentabilizado pela totalidade da população, em particular por aqueles que mais precisam.

O IP 3, é uma via estruturante para o desenvolvimento de toda a região centro e mesmo do País e uma das principais portas de ligação a Espanha e à Europa. Sendo também consensual que esta via é a ligação mais curta entre Coimbra e Viseu. Este troço tem volume de trânsito dos maiores na região centro, quer de ligeiros, quer de pesados, especialmente de mercadorias – com 18.000 veículos por dia nalguns troços. Sem investimento nem manutenção eficaz e permanente, a estrada degradou-se assustadoramente nos últimos anos, deixando de cumprir eficazmente a sua função. É evidente que as más condições da estrada potenciam a elevada sinistralidade existente, pelo que se coloca a necessidade da sua melhoria, da implantação de separador central em toda a extensão e do seu alargamento com perfil de autoestrada sem portagens.

Importantes vias de comunicação como o IC 6 (Tábua – Covilhã), IC 7 (Oliveira do Hospital – Fornos de Algodres), ou IC 37 (Viseu – Seia), continuam sem serem consideradas obras estratégicas pelo Governo PS, apesar de serem estruturantes para o desenvolvimento da região.

A nível local continua a rejeição sistemática em admitir que os SMTUC possam ser financiados por via do orçamento de Estado. Os SMTUC são um apetecível negócio para os privados e só a vigilância e a luta poderão garantir que no futuro este serviço continua a pertencer ao domínio e de gestão pública. Numa fase em que os SMTUC alargaram o seu serviço aos limites do concelho, a sua frota continua a ser diminuta e em mau estado de conservação, e os seus trabalhadores são manifestamente insuficientes face às necessidades dos serviços. É de natural importância que os SMTUC, através da sua modernização e adequação a novas tecnologias, seja capaz de simultaneamente continuar a assegurar o transporte de passageiros nas várias áreas da cidade de Coimbra, mantendo assim na esfera pública este serviço, assim como continuar a alargar este serviço a outras zonas do concelho ainda não cobertas e satisfazendo as populações que foram e são ao longo dos tempos insatisfatoriamente servidas por empresas de transporte privadas.

O sistema de transportes está intimamente ligado com a situação económica e produtiva de qualquer região, podendo constituir um mecanismo potenciador do crescimento económico ou, em situação de desinvestimento, impedir o desenvolvimento económico e social de regiões inteiras.

O desmembramento do sector ferroviário no distrito é bem demonstrativo das políticas perversas que os sucessivos Governos, PSD / CDS e PS, têm seguido. Só uma visão integrada do Distrito de Coimbra, assente na prioridade do serviço público de transporte ferroviário, como base para a mobilidade das populações e das mercadorias pode contribuir para um desenvolvimento integrado e sustentável da Região.

A par de assegurar as deslocações pendulares ou esporádicas das populações permitindo o acesso ao local de trabalho, aos cuidados de saúde, aos estabelecimentos de ensino, os transportes, nomeadamente o ferroviário, tem um papel fundamental na busca de ganhos do ponto de vista ambiental e do bem-estar nos aglomerados urbanos sendo uma forma activa de combate ao congestionamento nas vias de acesso às cidades.

O encerramento dos Ramais da Figueira da Foz - Pampilhosa e da Lousã implicou e implica um grave prejuízo para a mobilidade das pessoas e um grave prejuízo económico e ambiental. A

reposição dos carris no Ramal da Lousã e a reabertura e electrificação do Ramal da Figueira da Foz - Pampilhosa (linha da Beira Alta) é fundamental para as populações das regiões limítrofes da linha e poderá permitir o retorno do transporte de mercadorias e, com a possibilidade do seu prolongamento até alinhamento da Beira Alta via Arganil e à linha da Beira Baixa, pelo Ramal de Tomar, no caso do Ramal da Lousã. É inaceitável que qualquer outra solução para o Ramal não passe pela reposição dos “carris que foram roubados” e na eletrificação da linha. Qualquer outra solução que passe pela introdução de sistemas de autocarros ou outros contribuirá sempre para a deterioração do serviço que estas populações tinham há uns anos atrás. O PCP tem estado ao lado das populações na defesa desta medida e denunciando os erros e mentiras em que esteve envolto o projeto Metro Mondego ao longo destes últimos anos.

Linha do Oeste reposição de horários e adequação destes às necessidades das Pessoas. Estudar a possibilidade da sua ligação ao ramal da Figueira da Foz – Pampilhosa (linha da Beira Alta) para circulação de mercadorias, pois é uma linha mais descongestionada e serviria como alternativa à saturada linha do norte.

É urgente a construção de via dupla entre Alfaiões e Figueira da Foz incluindo a renovação da ponte de Lares, permitindo um percurso mais rápido quer nos comboios de passageiros quer nos de mercadorias.

É necessário o aproveitamento das infraestruturas (ex EMEF) existentes na Figueira da Foz planeando pequenas reparações/manutenções com a entrada de mais trabalhadores para este polo oficial. É necessário defender a continuidade do troço entre Coimbra e Coimbra B, permitindo a milhares de passageiros a sua deslocação para o centro da Cidade. Criação de um passe inter-modal, com tarifário acessível, que possa servir como um incentivo à utilização dos transportes públicos para as deslocações pendulares e que garanta a mobilidade como um direito das populações.

Investir numa solução de mobilidade integrada para a cidade de Coimbra com garantia de transporte de gestão pública e acessível a todos, em articulação com os (SMTUC) Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Só uma visão integrada do Distrito de Coimbra, assente na prioridade do serviço público de transporte ferroviário, como base para a mobilidade das populações e das mercadorias pode contribuir para um desenvolvimento integrado e sustentável da Região.

O porto comercial da Figueira da Foz é uma importante infraestrutura do Distrito de Coimbra, vocacionada para os grandes transportes estratégicos do País e da Região. O prolongamento do molhe Norte tem causado acumulação de areias a Norte e erosão costeira a Sul. O tardio desassoreamento da barra impediu a entrada de navios nos estaleiros, e prejudicou o normal funcionamento do Porto. Para o PCP é importante que esta obra avance e que o Porto possa contribuir para o desenvolvimento económico de toda a região. Apesar do aumento do número de navios mercantes entrados e da tonelagem movimentada, o abandono dos projectos logísticos na zona da Figueira da Foz e Cantanhede, onde a linha ferroviária do Oeste e da Beira Alta desempenhavam um papel central, deslocando essas mercadorias para a linha do Norte em prejuízo do transporte de passageiros, é um retrocesso só explicado pelos interesses privados na área do transporte ferroviário de mercadorias, e que numa perspectiva de desenvolvimento estratégico nacional e regional precisa de ser corrigido. Para o PCP seria fundamental a inclusão do porto da Figueira da Foz na rede transeuropeia de transportes, assim como garantir investimento que melhore a ligação da componente marítima com a componente terrestre (Figueira - Salamanca) das redes transportes europeias, e permita diversificar as suas mercadorias claramente fixadas na pasta de celulose e papel e a graneis relacionados com esta actividade.

1.7. Comércio e serviços

A política de direita tem favorecido a concentração monopolista no sector do comércio com a liberalização dos horários de funcionamento das unidades da grande distribuição permitido por sucessivos governos do PS, PSD e CDS . A promessa de criação de milhares de postos de trabalho é como a realidade comprova uma enorme fraude. O alargamento do funcionamento das grandes

superfícies comerciais, reforçado pela implantação de novas marcas, continua a ter efeitos destruidores de emprego e de liquidação do comércio tradicional.

Este processo de concentração foi ainda mais acentuado com as restrições ao funcionamento durante a pandemia, não só as grandes multinacionais tinham mais possibilidades de aguentar essas mesmas restrições e eventuais quebras de facturação como absorveram o grosso dos apoios, como foi visível no recurso muitas vezes abusivo ao lay off.

Os trabalhadores da grande distribuição e do comércio foram fundamentais, durante este período, para o abastecimento à população, agravando-se também aqui a exploração com o agravamento das condições e ritmos de trabalho. Apesar dos lucros obscenos dos grandes grupos económicos da distribuição, os trabalhadores continuam com baixos salários, desregulação de horários, extrema precariedade das relações laborais, atropelos e ilegalidades aos direitos.

A destruição do Comércio mais tradicional, tem consequências bastante negativas para as cidades, contribuindo para a desertificação e degradação de amplas zonas históricas. Os números do INE não dão lugar a dúvidas. Entre o terceiro trimestre de 2010 e o terceiro trimestre de 2011, o ano em que vigorou o decreto-lei, perderam-se 30 900 postos de trabalho no comércio.

Acentuou-se também o peso dominante dos grupos de distribuição, por captura das quotas de mercado perdidas pelo comércio tradicional. São outros, hoje, os queixosos: os produtores agrícolas e as empresas da indústria agroalimentar.

É incontornável a existência de uma regulação diferente e equilibrada do horário de abertura do comércio. Os interesses económicos e sociais, encabeçados pelos grupos monopolistas, capturaram o poder político e asseguraram que os «seus governos» fossem regulamentando o comércio — é o caso do licenciamento e dos horários — à medida das suas necessidades de expansão e acumulação capitalistas, com total subordinação do comércio tradicional e de proximidade. Para o PCP, há que defender o direito ao descanso semanal, uma regulação do mercado de bens de consumo e o ordenamento do comércio, o que exige a regulação dos horários. Trata-se de elementos que enformam o projeto de lei reapresentado pelo PCP.

Fruto de anos de política de direita, dois grupos em Portugal têm mais de 50% do mercado de retalho alimentar e se considerarmos os cinco primeiros têm mais de 80% do mercado, o que significa a destruição do mercado de retalho alimentar em Portugal e a destruição do pequeno comércio em Portugal.

O PCP tem-se posicionado contra esta política de favorecimento monopolista. Em particular em Coimbra tem alertado para que a abertura de mais superfícies comerciais de média e grande dimensão na cidade e particularmente no centro histórico põe em causa ainda mais o comércio tradicional de proximidade e colide completamente com o projecto de desenvolvimento que defende para a Baixa, o Centro Histórico e a própria cidade.

1.8. Turismo

De acordo com a Organização Mundial de Turismo, em 2016 registaram-se 1,2 mil milhões de chegadas de turistas internacionais em todo o Mundo, refletindo um crescimento de 3,9%. Cerca de metade dos turistas internacionais (615,2 milhões) visitaram a Europa (+2,1% face a 2015).

Na região de Coimbra, relativamente ao turismo internacional, tem destaque a cidade de Coimbra, centro Histórico e Universidade, a aumentar exponencialmente o número de visitantes, bem como uma recuperação do turismo de lazer onde as nossas praias de mar e fluviais têm a maior importância.

Na região abrangida pela Turismo do Centro, onde o distrito se insere, existiu um aumento do rendimento por quarto disponível de cerca de 8,5% entre 2015 e 2016, passando de 19,50€ para 21,15€. O preço médio por quarto teve um incremento de cerca 0,3% entre 2015 e 2016,

passando de 46,10€ para 46,25€. Também aumentou a percentagem de ocupação média que passou de 40,30% para 43,5%.

Existiu também um aumento na oferta de quartos em cerca de 5%, de 20.123 para 21.112. Os proveitos provenientes do aposento aumentaram cerca de 14,00% de 136.441.000€ para 155.060.000€ e o incremento do número de dormidas foi de cerca de 400.000 (9%). Podemos afirmar, pelos dados disponíveis, que estes valores foram ultrapassados em 2017.

O sector das indústrias ligadas ao turismo tornou-se, assim, e no seguimento do que já tínhamos apontado na anterior Assembleia de Organização, o suporte de grande parte do desenvolvimento e recuperação económica registados no País ao ponto de ser considerada a principal alavanca desses resultados, ao nível do défice, da dívida e da balança de pagamentos. No nosso distrito realizaram-se nos últimos tempos, iniciativas promovidas pela entidade regional Turismo do Centro e por algumas Associações Patronais, que fazem içar as bandeiras dos resultados obtidos e da necessidade de se obterem mais ajudas do estado no sentido de pela via da promoção turística, onde se gastam muitos milhões de Euros, se conseguir aumentar a permanência de turistas e continuar a captar o maior volume possível de recursos provenientes dos fundos dos quadros comunitários europeus. Em contraponto, mantêm-se a falta de apoios e incentivos que contemplem micro e pequenos empresários do sector, a manutenção de baixos salários e precariedade nos trabalhadores, ou ausência de planeamento na requalificação e exploração de recursos naturais e patrimoniais existentes.

Os resultados económicos obtidos no sector não escondem as preocupações quanto ao futuro. Por um lado, é sabido que estes resultados são sustentados em formas diversas de trabalho precário, trabalho não declarado, estágios, falsos recibos verdes, sazonalidade e recurso a empresas de subcontratação de mão-de-obra; e nem a redução do IVA no sector da restauração, medida que consideramos justa, está a corresponder à criação de mais postos de trabalho com direitos.

1.9. Serviços públicos

Os serviços públicos têm, em todo o país, vindo a ser depauperados, levando o seu esvaziamento a uma oportunidade de investimento para o negócio privado monopolista. A estratégia privatizadora, de degradação e posterior concessão é um modelo bem conhecido, e aplica-se de forma mais gravosa nos sectores estratégicos da nossa economia. Desde o princípio do utilizador-pagador, até às parcerias público-privadas (PPP), onde, inclusivamente o Estado compensa a entidade privada em caso de quebra de rendimentos, são várias as portas que se abrem para a via privatizadora. A saúde é um exemplo dos negócios ruinosos das PPPs, onde uma parte considerável do orçamento público está a ser canalizado para grandes grupos económicos.

As políticas de direita, levam à degradação dos serviços, à dificuldade no acesso aos serviços públicos, como seja os CTT, a electricidade, o gás, as telecomunicações, os transportes, a saúde, a educação, entre outros.

Na educação vemos as diversas barreiras no acesso ao ensino superior: entre taxas, emolumentos e propinas, os custos são cada vez mais um entrave para os estudantes e para as suas famílias, ao mesmo tempo que se tenta abrir a porta ao regime fundacional das IES, que em Coimbra só foi barrada pela luta organizada dos estudantes.

Na saúde, a fusão dos sete Hospitais de Coimbra no megalómano CHUC veio confirmar o desastre já anunciado: degradação de serviços, encerramento de especialidades, sobrecarga dos Hospitais da Universidade, deterioração das condições dos trabalhadores, abrindo também caminho à paulatina subalternização do Hospital dos Covões. Simultaneamente promove-se os grupos privados, que têm prosperado em Coimbra e que muito beneficiam da degradação e do desinvestimento no SNS. A propalada melhor gestão dos grupos privados constitui uma

escandalosa manobra de propaganda, para esconder que a falta de investimento constitui na realidade uma estratégia política de favorecimento do grande capital à custa das populações.

O abandono do mundo rural é fruto da continuação de políticas de acumulação de terra e de favorecimento do agro-negócio levadas a cabo por PS/PSD e CDS dificultam a vida destes trabalhadores, que vêem cada vez mais longe a concretização de um Estatuto da Agricultura Familiar justo e que possa dar resposta às suas justas aspirações, enquanto contribuiria também para o desenvolvimento económico do país. A agricultura familiar tem um papel essencial na ocupação do território, na dinamização da economia local, na preservação da biodiversidade, e a sua defesa é a garantia de um país mais justo, mais soberano e mais desenvolvido.

O encerramento de Tribunais (exemplo), Postos e estações dos Correios (exemplo), balcões da Caixa Geral de Depósitos (exemplo), Centros e Extensões de Saúde, como é o caso do Centro de Saúde da Lousã, ou a sua paulatina redução de horário, como é o caso do Centro de Saúde Norton de Matos, de Penacova ou de Cernache são exemplos preocupantes, com consequências muito negativas para as populações, que ficam condicionadas nas suas vidas e são empurradas para fora dos seus concelhos e do distrito, na procura por uma vida estável.

Destaca-se a importância dos Movimentos de Utentes na defesa dos Serviços Públicos, na denúncia de encerramento ou degradação dos serviços, e no combate em defesa do SNS, como foi exemplo a luta pela construção do Centro de Saúde Fernão de Magalhães (já atrasada), ou na luta em defesa do Hospital dos Covões e das maternidades. Na luta por uma rede de creches e lares gratuitas, pelos cuidados continuados, por um serviço de cultura ao serviço do povo, entre outras reivindicações para a melhoria das condições de vida das populações.

A transferência de competências já parcialmente concretizada, nomeadamente no que diz respeito à educação tem vindo a revelar-se desastrosa, partido da desresponsabilização do Estado Central pelas suas competências, passando o ónus para as já sobrecarregadas autarquias. A transferência de competências na área da saúde está também em curso e tentará concretizar a agenda dos partidos do arco da governação (PS/PSD/CDS e seus sucedâneos), de favorecimento do negócio privado da doença. A degradação dos serviços públicos continuará a agravar-se quanto mais estes processos vingarem e está na mão das populações a resistência e a luta organizada no sentido de vivo combate a todos os ataques aos serviços públicos, e consequentemente às próprias populações.

1.10. Educação e Ensino

A educação e o ensino têm vindo a ser alvo de brutais ataques ao longo dos anos. Os últimos anos, de governo minoritário PS, mantiveram estagnado o nível de financiamento, não investindo de forma capaz na Educação, na valorização dos profissionais, na resolução dos problemas que os afetam, na melhoria das condições de trabalho nas escolas, na atração de jovens para a docência, na recuperação de outros, já profissionalizados, para o seu exercício, na democratização da gestão, com o correspondente reforço da autonomia, os governos do PS pouco fizeram para alterar a situação negativa desta determinante área, consagrada como um direito pela CRP.

Se olharmos para o que tem sido a evolução da despesa do Estado em Educação, verificamos que, ao longo da década de 90, houve um contínuo crescimento em percentagem do PIB. O valor mais elevado foi atingido já em 2002: 5,1% do PIB. A partir daí, assistiu-se a um decréscimo, baixando, desde então, para menos de 4% a partir de 2015. No distrito de Coimbra o número de professores aumentou, ainda que residualmente, nos últimos 4 anos (de 4582 professores em 2016/2017 para 4755 professores em 2019/2020). Pelo contrário o número de trabalhadores não docentes tem vindo a decrescer no distrito de Coimbra (com 1985 trabalhadores não docentes em 2016/2017 e 1955 em 2019/2020).

Se as questões financeiras são importantes, pois explicam boa parte do conjunto de problemas que afetam o setor, designadamente ao nível da escassez de recursos, elas não são as únicas. Nos últimos anos, muitas foram as mudanças que se deram, não raras vezes constituindo retrocessos, tanto educativos, como democráticos, como é o exemplo a falta de gestão democrática, ou o encerramento de milhares de escolas do 1.º ciclo, nem sempre com alternativas para os alunos deslocados.

Os exames ganharam protagonismo, impostos logo a partir do 1.º ciclo, em detrimento de uma avaliação contínua. Essa perspetiva não foi apagada nas duas últimas legislaturas, ainda que tivesse sido diluída com o fim dos exames nos 4.º e 6.º anos de escolaridade.

Outro sinal dos tempos foi o encaminhamento de um número crescente de alunos para as vias profissionais. Mais do que um sinal de valorização real, estamos a assistir a mais um processo de crescente transferência de financiamento para fundos europeus determinados e condicionados externamente.

A “educação inclusiva” foi apresentada como outra novidade, destinada a superar as limitações da simples integração. Porém, o que tem sido determinante é a clamorosa falta de recursos nas escolas que impediu que a prática correspondesse à intenção anunciada no preâmbulo do Decreto-Lei publicado em julho de 2018.

Em janeiro de 2019 é regulamentada a transferência de competências na área da Educação. Esta opção política, que veio transferida do governo PSD/CDS, favorece o descomprometimento do Estado central no que respeita ao financiamento da educação pública e o reforço do controlo sobre as escolas, e será caminho para o aprofundamento de assimetrias e, até, para pôr em causa a realização do direito à educação.

No que diz respeito ao Ensino Superior Público o contexto permanece preocupante, com muitas instituições perto da ruptura financeira. Os Contratos de Legislatura para o Ensino Superior não contrariaram o crónico subfinanciamento público deste sector. No tecto orçamental estabelecido para o primeiro Contrato faltaram pelo menos 7,6 ME para acompanhar o aumento da massa salarial e combater a precariedade através do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). As verbas insuficientes do OE não permitem pagar salários, que continuam a ser suportados com receitas próprias, nem cobrir despesas de manutenção do património e de equipamentos indispensáveis. Esta situação tem facilitado a privatização de uma função social fundamental do Estado, seguindo uma via mercantilista que a coloca ao serviço do poder económico nacional e internacional e não do desenvolvimento do país. A situação de surto epidémico de COVID-19 levou a um aproveitamento no Ensino Superior, com o Governo e os responsáveis pelas instituições a introduzirem algumas alterações no sistema público que pretendem transformar em definitivas. O ensino à distância, cujo incremento a curto prazo já estava previsto no segundo Contrato e nos OEs desde 2020, é uma destas alterações, inserindo-se nas estratégias da União Europeia que têm determinado as políticas nacionais para este sector e que resultam na elitização do acesso ao conhecimento.

Também os concursos para contratações para a entrada de docentes de carreira não evitaram os altos níveis de precarização e exploração de docentes contratados, em particular dos docentes a tempo parcial. Apesar de um ligeiro aumento registado nos números de docentes do Ensino Superior no distrito de Coimbra (de 2523 docentes em 2016/2017 para 2823 docentes em

2019/2020), permanece a diminuição e envelhecimento do corpo docente e a degradação das condições de ensino e de investigação, que algumas medidas positivas do Governo e das instituições de ensino superior não conseguiram combater. A situação dos Leitores na Universidade de Coimbra e noutras instituições continua a merecer atenção. Trata-se de um grupo de docentes precários por força da falta de enquadramento legal, nalguns casos há mais de 30 anos. A solução para a sua situação profissional aprovada em 2019 remediou o problema, mas não forneceu qualquer enquadramento legal com vista à obtenção do vínculo estável pelo qual os Leitores continuam a lutar.

A colocação das instituições de ensino superior, universitário e politécnico, ao serviço dos interesses das potências industriais e financeiras e da competição económica tiveram expressão na Estratégia de Lisboa. O Processo de Bolonha antecipou este caminho de desinvestimento público estratégico e resultou, como se previa, num aumento das certificações sem efectiva correspondência nas qualificações, devido à redução e desestruturação dos planos curriculares e perda de corpo docente.

O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) em vigor e a legislação associada configura o quadro legal que coloca mais facilmente a gestão das instituições sob a alçada do poder económico. Acentuou-se, por isso, a necessidade da revisão do RJIES no sentido de aumentar a democracia interna, revertendo a possibilidade do regime fundacional e dotando as instituições de meios que, no quadro da sua autonomia e no respeito por regras de bom uso dos recursos públicos.

Os estudantes e as suas famílias continuam confrontados, num quadro de profunda limitação da acção social escolar face à degradação das condições de vida. Esta situação dramática tem negado o direito à educação, aumentando o abandono escolar. Durante a pior fase da crise epidémica, uma percentagem muito significativa de alunos ficou de fora das aulas à distância. Desta forma aprofundaram-se as assimetrias sociais, penalizando ainda mais os filhos das camadas mais desfavorecidas numa dupla penalização, já que foram elas as mais afectadas pela COVID-19 no plano sanitário e no plano social e económico.

A passagem de universidades públicas para fundações de direito privado continua a ensombrar o ensino superior. A intensa luta travada em Coimbra para impedir esta alteração na Universidade de Coimbra (UC), na qual o PCP muito se empenhou, deu frutos e em Junho de 2018, o Conselho Geral desta instituição rejeitou o regime fundacional. Esta decisão não pode ser desligada da visibilidade dos problemas criados pelas instituições-fundação, que ampliam os já existentes no ensino superior, principalmente nos âmbitos das relações laborais e da gestão. A precariedade tem aumentado a olhos vistos nas instituições que seguiram este caminho, através da desregulação das condições contratuais, à margem do estabelecido nos estatutos das carreiras docentes e de investigação. O regime fundacional vem assim acentuar o pendor autocrático do RJIES.

É necessário estabelecer uma metodologia e critérios de base objectiva que regulem a passagem do actual sistema binário (universitário e politécnico) para o futuro sistema único de ensino superior. A necessidade de um sistema de ensino superior territorializado, com funcionamento em rede de base regional que fomente processos de cooperação e de complementaridade entre instituições, torna-se cada vez mais evidente para o desenvolvimento do País, como é notório também no distrito de Coimbra.

A longa luta do Partido em defesa dos bolseiros de investigação, por nós entendidos como trabalhadores científicos, que sempre acompanhou as lutas e reivindicações da Associação dos Bolseiros de Investigação (ABIC), que em Coimbra contou com um grande dinamismo e empenho

do Subsetor de Investigadores e Bolseiros, levou a que, durante o primeiro governo minoritário do PS, em resultados da correlação de forças da Assembleia da República de então, fosse criado um mecanismo de substituição de bolsas de investigação para doutorados por contratos de trabalho. Esse mecanismo, conhecido como Diploma de Estímulo ao Emprego Científico, ou Decreto-Lei n.º 57/2016, continha na sua versão original uma abrangência muito limitada, implicando ainda uma perda salarial muito significativa relativamente às bolsas para doutorados. A Apreciação Parlamentar do referido DL, solicitada pelo PCP, levando à Lei n.º 57/2017, permitiu melhorar substancialmente a proposta inicial do governo, nomeadamente, não abrangendo apenas poucas centenas de bolseiros doutorados mas mais de um milhar, na sua Norma Transitória, não havendo perda anual de vencimento líquido e havendo a obrigatoriedade de abertura de concursos para as carreiras após a renovação do contrato para o sexto ano no caso da contratação em funções públicas. Contudo, não se conseguiu impedir a criação de uma categoria com remuneração abaixo da de Investigador Auxiliar, e sem equivalente no Estatuto da Carreira de Investigação (ECIC), como não se conseguiu plasmar na lei a obrigatoriedade de abertura de concursos para contratos sem termo após a renovação para o sexto ano no caso das contratações em regime de direito privado. A implementação da lei contou, ainda, com uma enorme obstaculização por parte das instituições, em tudo acompanhada pelo CRUP, perante a passividade tácita por parte do MCTES, Manuel Heitor, resultando no adiamento da sua implementação que só viria a verificar-se de forma generalizada em 2018. A luta dos investigadores bolseiros foi particularmente intensa na Universidade de Coimbra, tendo sido igualmente intensa a atividade do Subsetor de Investigadores e Bolseiros, tendo-se, inclusivamente editado e distribuído três boletins “Con[s]ciência” do subsetor. Porém, a alteração da situação profissional, e também de residência, da generalidade dos camaradas do subsetor, levou a que este se tenha tornado inoperante desde 2019.

Paralelamente à implementação da Norma Transitória do referido Diploma, que resultou num grande alívio por parte da maioria dos investigadores bolseiros que, assim, desmobilizaram da luta, o MCTES manteve a existência de bolsas de pós-doutoramento, contrariamente ao prometido, habilmente enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 65/2018 como passíveis de atribuição de diploma e assim vistas como bolsas de formação.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no Concurso para Projetos de I&D em todos os domínios científicos aberto em 2017 obrigou a que todos projetos incluíssem a contratação de um doutorado, resultando em mais cerca de 1600 investigadores contratados a termo. Porém, nas duas edições seguintes, 2020, 2021 e 2022, deixou de existir essa obrigatoriedade, podendo porém incluir-se bolsas de pós-doutoramento ou outras, diminuindo radicalmente o chamado estímulo ao emprego científico. As taxas de aprovação de projetos submetidos a estes concursos rondam os 5-10%, evidenciando a enorme asfixia a que o setor está sujeito.

O Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI), de 1999, e já alterado em 2004 restringindo a atribuição de bolsas de investigação apenas quando as atividades de investigação estejam integradas num ciclo de estudos conferente de grau ou diploma não podendo ainda terem obtido doutoramento há mais de três anos.

Estas novas restrições à atribuição de bolsas de investigação não foram acompanhadas por medidas conducentes a iguais oportunidades de se prosseguirem os trabalhos através de

contratos, resultando assim num novo estrangulamento no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) que se encontra com cerca de 13000 bolseiros.

Segundo os dados do Observatório do Emprego Científico, em 2018/2019 foram contratados cerca de 2100 investigadores com contratos que poderão ir até um máximo de seis anos e cerca de 1400 com contratos de um máximo de três anos. Neste momento existem cerca de 3400 investigadores contratados a termo certo ou incerto. Em 2022 assistiremos a uma redução de cerca de 1000 investigadores contratados no SCTN, atingindo essa redução os cerca de 2000 até 2024. É, assim, inevitável o surgimento de uma profunda crise no SCTN, incapaz de aproveitar o saber e a formação especializada dos seus investigadores — estejam estes trabalhadores científicos em “formação” ou não —, incapaz de dar resposta não aspirações destes e incapaz de dar resposta às necessidades do SCTN.

1.11. Saúde

Algumas marcas importantes balizam a continuada degradação do SNS nos últimos anos, apesar da persistente resistência da população, dos seus profissionais e do PCP contra esse retrocesso democrático e civilizacional, que se viu agravado pelo enorme esforço que o combate à Covid-19 tem exigido.

Em 2015, com o fim dos governos do “arco de poder” e da troika (PS, PSD, CDS), que exerceram o poder durante quase quatro décadas, a esperança de uma reversão das políticas desenvolvidas contra o SNS, ressurgiu.

Nada disso, infelizmente, aconteceu, pelo menos com a energia e profundidade necessárias, por parte do PS, que repetidamente afirma que o quer defender.

Apesar do enunciado globalmente progressista da nova Lei de Bases da Saúde - aprovada, com os votos da maioria de esquerda parlamentar, em 2019 -, e de pontuais medidas com um sentido positivo, quase nada foi feito, no terreno, para reverter a estratégia privatizadora e neoliberal levada a cabo pelos governos anteriores, nomeadamente pelos de Durão Barroso (PSD), Sócrates (PS) e de Passos Coelho (PSD-CDS), e mantidas, apesar de afirmações em contrário, pelos governos PS de António Costa.

Poucas foram as iniciativas legislativas do PS tomadas para reforçar as traves mestras do SNS, recentrando-o nos objectivos constitucionais de grande prestador universal, solidário e gratuito, de serviços de saúde a toda a população.

Não é, pois, de estranhar que, na última década, dezenas de milhares de profissionais de saúde – nomeadamente médicos e enfermeiros – tenham saído do serviço público, engordando o sector privado e a emigração.

A falta de médicos especialistas no SNS, tem-se vindo a agravar ainda mais, pela negação, a centenas de jovens Internos, do acesso à especialização, fazendo crescer anualmente o número de médicos indiferenciados, fornecedores de mão-de obra barata às empresas privadas.

A Pandemia

Nos dois últimos anos, a pandemia do *SarsCov 2* (Covid 19) criou uma situação de emergência sanitária nacional, com profundas repercussões sociais, económicas e políticas.

O SNS, apesar de depauperado por décadas de agressões por parte dos partidos do velho “arco do poder” (PS, PSD, CDS), conseguiu dar uma notável resposta à pandemia, evitando catástrofes similares às observadas em muitos países desenvolvidos (como os USA e alguns países da União Europeia), com maiores disponibilidades financeiras, mas sem um serviço público organizado, solidário e universal, como o nosso.

Apesar de erros e deficiências – frequentemente ligados a “externalizações” e contratos com entidades privadas (como é o caso do SNS24, da Altice), - a importância estratégica do SNS foi claramente reconhecida pela população, que não poupou elogios ao exemplar desempenho e sacrifício dos seus profissionais.

Relembremos que, pouco antes, já com o governo PS de António Costa, esses mesmos profissionais tinham sido vergastados com ofensas quanto à sua disponibilidade para o trabalho, pelo então Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, que afirmou, em 2017: “o SNS é o serviço público que mais ausências tem ao trabalho. É uma vergonha nacional e internacional”.

O combate à Covid 19, nomeadamente nas suas fases iniciais – quando a falta de material de protecção e o risco de vida ou de sequelas graves, era real - vieram atirar, para o caixote do lixo, todo esse palavreado falso e calunioso, mostrando a enorme coragem, resistência e capacidade técnica dos seus trabalhadores.

Apesar disso, - e numa altura em que a grande privada se abrigava numa posição mais recuada, reservando futuros avanços para novas oportunidades de negócio surgidas com os doentes “limpos de Covid” deixados para trás -, o reconhecimento da importância do SNS como serviço público, não teve correspondência em medidas que possibilitassem sua recuperação e lhe dessem um novo impulso, libertando-o das sequelas de políticas liberalizadoras que o corroíam, retomando o espírito de solidariedade e coesão social em que foi criado.

Os grandes interesses foram recuperando o seu espaço na política de saúde do governo, que se foi encostando à direita, num jogo palaciano e dúbio, em que continuou a esconder a opção privatizadora e a sujeição às imposições neoliberais da União Europeia.

Apoiado por uma comunicação social servil que nunca deixou de apostar na reconstrução de uma aliança “ao centro” (PS/PSD), o discurso governamental foi mudando:

O êxito da campanha de vacinação contra a Covid, foi quase exclusivamente atribuído à competência de um vice-almirante encarregado de coordenar essa tarefa – incensado como herói messiânico -, menorizando o facto de, desde há muito, Portugal ser dos países mais eficazes quanto à vacinação da sua população, graças a uma rede há muito testada, criada no âmbito do SNS, e no último semestre de 2021, face a uma onda de demissões de chefias médicas e de enfermagem, causada pela falta de meios e de recursos humanos, a Ministra da Saúde, Marta Temido, acentuou o recuperar do discurso acusatório dos seus antecessores, falando da necessidade de contratar “*médicos e profissionais mais resilientes*”.

O governo defende, assim, semanas de trabalho de mais de 70 horas, para os profissionais do SNS, e a ultrapassagem das 500 horas extraordinárias/ano, a partir dais quais, haverá um suplemento para os que resistirem sem queixas e “pieguices” da época “passista”.

Sublinhe-se que, segundo dados fornecidos pela Administração Central dos Serviços de Saúde (Público, 2-12-21), nos primeiros dez meses de 2021, os médicos do SNS tinham feito cerca de 4,4 milhões de horas extraordinárias, os enfermeiros, 5,5 milhões, cabendo aos restantes profissionais cerca de 7 milhões. Um gasto de mais de 400 milhões de euros em 2021, verba que daria para o salário anual de mais de uma dezena de milhar de profissionais.

O novo Estatuto do SNS

Uma das marcas desta nova/velha orientação do PS e do governo, encontra-se plasmada na proposta do novo Estatuto para o SNS. Aí se percebe que, o que ficara vago ou pouco preciso na Lei de Bases da Saúde de 2019, assume agora uma expressão contrária ao tom globalmente progressista do seu texto.

O novo Estatuto do SNS, que o governo PS propõe, dá uma machadada mortal nas Carreiras Médicas e no regime de dedicação exclusiva (de que a “dedicação plena”, termo inventado para confundir, de “exclusividade” nada tem), abre mais as portas a contratos “exteriorizados” e à alienação de serviços a favor dos grandes grupos privados, implementa os “Centros de Responsabilidade Integrada (CRI) – “empresas” de profissionais que contratam directamente com a Administração o “negócio” de tratarem doentes em lista de espera, pondo em causa a homogeneidade e hierarquia do serviço a que pertencem -, continua a menorizar o investimento em Saúde Pública, e entrega uma fatia da gestão dos Centros de Saúde às autarquias, num viciado processo falsamente apresentado como de “descentralização”, que injecta, no SNS, uma dose suplementar de fragmentação e desigualdade.

Se mais não houvesse - e há - bastariam esses pontos do novo Estatuto do SNS proposto pelo governo, para definirem o sentido de fragilização do serviço público e de desconsideração dos profissionais que nele trabalham.

A Saúde em Coimbra e na região

A criação do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC), resultante da “fusão” e encerramento de diversas unidades hospitalares da cidade (opção estratégica não alterada pelos últimos governos do PS), representou um desastre, a que o PCP desde o primeiro momento se opôs.

A “fusão”, deixou o Hospital Central dos Covões esvaziado, sem serviços e especialidades nucleares, desaproveitando a capacidade instalada, diminuindo a prestação do seu Serviço de Urgências, centralizando médicos e doentes nos já sobrelotados HUC.

A pandemia fez com que a Administração do CHUC recorresse ao Hospital dos Covões como centro dedicado ao tratamento dos casos de Covid 19 - mesmo os mais complexos e graves -, reconhecendo, implicitamente, a subutilização das suas instalações e a diferenciação e empenhamento dos profissionais que aí trabalham.

Nem isso, contudo, evitou que, passado o pior, a Unidade de Cuidados Intensivos e o Serviço de Cardiologia (que dava apoio aos exames hemodinâmicos), se tenham somado à longa lista de serviços desactivados.

À medida que cresciam, na cidade, os hospitais privados ligados aos grandes grupos financeiros, também outras unidades hospitalares públicas (como o Hospital Pediátrico, as Maternidades, o Centro de Reabilitação Rovisco Pais, o Hospital da Figueira da Foz e de Cantanhede), viram a sua situação degradar-se, com quadros clínicos desmotivados, reduzidos e desnatados dos seus melhores profissionais.

Ainda assim, na região de Coimbra o número de médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar e técnicos de diagnóstico tem, regra geral vindo a aumentar (tabela x), ainda que residualmente desde 2016 até 2020, o que não está desligado nem da intervenção do PCP e das populações em luta pelo SNS, nem do investimento feito em 2020 no combate à pandemia.

Tabela – Número de médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar, técnicos de diagnósticos e “outros” desde 2016 até 2020 (INE).

Reg. de Coimbra	Médicos	Enfermeiros	Pessoal Auxiliar	Técnicos de Diagnóstico	Outros
2016	1950	3364	2030	651	1429
2017	1995	3442	1960	649	1524
2018	2017	3491	2002	672	1529
2019	2009	3642	2268	692	1381
2020	2005	3940	2607	726	1391

Contudo, não se pode deixar de registar a diminuição do número de camas na região de Coimbra (de 3128 em 2016 para 2946 em 2020), ou internamentos e consultas em hospitais públicos (de 75589 em 2016 para 56719 em 2020 e 1151641 em 2016 para 995582 em 2020 respectivamente), que apesar de estar relacionado com a pandemia já vinha registando (com algumas flutuações) uma tendência de quebra nos últimos anos.

Tabela – Nº de consultas, internamentos e camas nos hospitais públicos da Região de Coimbra de 2016 a 2020.

Região de Coimbra	Consultas	Internamentos	Camas
2016	1151641	75589	3128
2017	1141120	73533	3055
2018	1140373	72549	3015

2019	1140699	70811	3041
2020	995582	56719	2946

A recente decisão de localizar a Nova Maternidade na “cerca” dos HUC - e não junto ao Hospital dos Covões, onde encontraria todas as facilidades e condições (após a necessária reversão do seu esvaziamento) -, tem vindo a despertar uma enorme resistência de cidadãos e profissionais, por acentuar ainda mais a centralização, já excessiva, de edificações e serviços na área dos HUC, agravando a acessibilidade, a circulação interna e externa, condicionando a dimensão e possibilidade de expansão futura das suas instalações.

Os Cuidados Primários

Nos Cuidados Primários, o ataque ao SNS tem-se continuado a manifestar na degradação de algumas das suas instalações, na falta de recursos humanos e equipamentos, acentuada pela sua fragmentação em diversos tipos de organização - Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidades de Saúde familiar (USF) tipo A e tipo B (prevendo-se na lei o tipo C, totalmente privadas).

Por outro lado, enquanto avançou um polémico processo de fusões criando megaestruturas (como o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego que abrange mais de 60 serviços e mais de 400.000 utentes) sem os meios necessários a uma boa gestão, continuou a assistir-se ao constante encolher da rede de cuidados de proximidade, com encerramento ou diminuição do horário de Centros de Saúde ou das suas extensões (como em Gândra, Cantanhede), ignorando os veementes protestos das populações.

Também a oferta pública de cuidados continuados e paliativos, de necessidade crescente devido ao envelhecimento da população, continua deficitária, estando maioritariamente entregue a unidades privadas ou de acção social.

A articulação dos diversos níveis de cuidados (primários e diferenciados) do SNS continua a ser deficiente e nenhuma melhoria se tem verificado nesse aspecto, impedindo a organização e cooperação estratégicas necessárias à hierarquização da assistência prestada, diminuindo a pressão nos serviços de Urgência.

De forma combativa e coerente, o PCP lutou e luta contra toda esta situação, defendendo que, a resolução dos problemas existentes, passam pelo desenvolvimento e alargamento do SNS, com políticas que nele invistam e aprofundem o seu carácter de serviço público, universal, gratuito e solidário, aumentando a sua eficácia, cobertura e facilidade de acesso em todas as regiões do país.

O PCP considera que o SNS se deve manter fiel à sua matriz fundadora, que dele fez uma das grandes conquistas da Democracia Portuguesa. A sua destruição constituiria um dos mais graves atentados aos direitos alcançados pelos portugueses depois de Abril.

1.12. Cultura

A situação política resultante das eleições legislativas de 2015, permitiu um conjunto de conquistas e reposição de direitos embora sem avanços significativos no sector da Cultura, em qualquer dos Orçamentos de Estado (OE) desde que o PS assumiu o Governo. Também o OE para 2022 não constitui um avanço para a Cultura, enquanto serviço público, nem quanto às condições e apoios para produção ou fruição culturais ou quanto a direitos dos seus trabalhadores. Factos incontornáveis, agravados pela crise pandémica dos últimos dois anos e somente atenuados pela intervenção e propostas do PCP.

Do OE de 2021 o orçamento para a Cultura manteve-se nos 0,25% e perdeu-se mais uma oportunidade de eliminar de garantir direitos laborais para os seus trabalhadores, potenciar e ver nascer novos projectos artísticos, criar mais postos de trabalho, melhor contribuir para o desenvolvimento artístico, cultural e social do país. Por isso, o OE para a cultura mereceu o combate e resposta do PCP com a apresentação de diversas propostas, com o objectivo de garantir o acesso de todos à experiência da criação e da fruição cultural e artística, com especial enfoque na componente de acesso às formas, meios e instrumentos de criação, a democratização cultural, a afirmação da soberania e da identidade nacional, de respeito e valorização dos trabalhadores da cultura.

O PCP defende que a Cultura tem de ser considerada como componente essencial da democracia conforme, aliás, está consagrado na Constituição da República Portuguesa ao nível das tarefas fundamentais do Estado, dos direitos, liberdades e garantias e dos direitos e deveres culturais. No entanto, o desrespeito pela Constituição, o abandono de políticas culturais do Estado e a negação do serviço público de cultura, apanágio de sucessivos Governos da política de direita, afundou o tecido cultural português numa profunda crise. Os cortes brutais no apoio às artes ao longo de anos levaram ao fecho de dezenas de estruturas, ao aumento do desemprego e da precariedade, ao diminuir dos salários; falta investimento nos Teatros Nacionais e no OPART para resolver problemas relativos a obras, fixação de companhias e de resolução de questões salariais; o cinema deixou de receber apoios à produção por via do OE, ficando dependente das taxas pagas pelos operadores de televisão e sujeito a pressões mercantilistas; o estrangulamento financeiro e burocrático da Cinemateca colocou em risco hoje parte substancial da sua atividade, designadamente, do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM); grassa a falta de trabalhadores nas bibliotecas, museus, palácios, monumentos nacionais e sítios arqueológicos, locais que carecem ainda de intervenções de renovação; prossegue a degradação do património edificado, deixado ao abandono ou entregue a grupos privados para a sua exploração - todos estes elementos são traços das políticas seguidas e demonstram a necessidade de uma rutura.

Propostas concretas para a cultura:

O PCP apresentou, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2020 e 2021, várias propostas que dão resposta a problemas imediatos, não descurando a perspectiva de futuro. É o caso do acréscimo do investimento destinado ao ProMuseus - Programa de Apoio Financeiro a Museus da RPM (630 mil euros), da reativação do PNTA - Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (220 mil euros), do reforço do financiamento à criação artística através da DGArtes (15 milhões de euros), dos apoios para atualização dos fundos documentais, renovação das coleções das bibliotecas públicas e itinerâncias culturais ((<https://www.pcp.pt/node/304332>, 500 mil euros), da duplicação das bolsas de criação literária (135 mil euros, <https://www.pcp.pt/node/304331>), das verbas para assegurar os custos de funcionamento do ICA (16,8 milhões de euros) e da Cinemateca (<https://www.pcp.pt/node/304337>, 5,4 milhões de euros), das verbas necessárias a obras urgentes no Teatro Nacional São Carlos e Teatro Camões (4 milhões de euros), da contratação de 250 trabalhadores para a área do Património Cultural (2,9 milhões de euros) e da intervenção de salvaguarda e de investimento no património edificado público classificado ou em vias de classificação a nível nacional identificada na Carta de Risco (106 milhões de euros).

Destacam-se ainda as propostas para a adopção de medidas, por parte de Governo, tendo em vista a concessão de um apoio extraordinário às artes que vise corrigir os resultados do último concurso de apoio às artes, através de um reforço da verba prevista para garantir o financiamento a todas as estruturas de criação artística elegíveis, assim como a criação de um mecanismo com a dotação orçamental para apoiar as estruturas não elegíveis que estão em risco de cessar a sua

actividade. Tendo em vista a urgente necessidade de inversão da política de desinvestimento no apoio às artes de carácter profissional, o PCP considera que o montante global para o apoio público às artes deve atingir um patamar mínimo de 30 milhões de euros, reforçando a verba destinada à DGArtes por forma a alcançar esse objectivo.

Medidas Extraordinárias no âmbito da pandemia de Covid-19 - o exemplo dos trabalhadores do espectáculo, música e audiovisual:

O surto do coronavírus SARS-CoV-2, declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde a 11 de março de 2020, e da doença Covid-19 colocou à prova as condições e formas regulares de trabalho. Na Cultura, prolifera o cancelamento de ensaios, espetáculos, rodagens, digressões, montagens. Entidades públicas e privadas não têm mantido compromissos e pagamentos na sua totalidade. Os trabalhadores a recibo verde desesperam com a perspetiva dos reduzidos apoios previstos e os muitos trabalhadores informais desta área estão a braços com tremendas dificuldades. Há um efeito dominó que levou à perda de quase toda a atividade prevista durante os últimos dois anos.

Era essencial a criação de apoios sociais de emergência, desburocratizados e sem a obrigação de contrapartidas de apresentação de espetáculos ou atividades. Neste sentido o PCP propôs em 2020 a criação de um Fundo de Apoio Social de Emergência para a Cultura para a concessão de apoio extraordinário de natureza não concorrencial aos trabalhadores e entidades da área artístico-cultural por adiamento e cancelamento das atividades na sequência das medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia SARS-CoV-2. Infelizmente esta proposta não foi aceite pelo Governo do PS e até hoje há muitos trabalhadores sem qualquer apoio e muitos mais com apoios residuais que não impediram o abandono da profissão e das estruturas de criação.

O sector das artes do espectáculo, teatro, dano, música e audiovisual, vem sendo alvo de continuados ataques pela política de direita de sucessivos governos, nomeadamente a nível do financiamento, conduzindo a uma degradação generalizada das condições de trabalho e emprego, à destruição de estruturas culturais e artísticas, à redução de trabalhadores nas que se mantêm – a par de despedimentos – e à desprofissionalização de entidades. Este diagnóstico de subfinanciamento mantém-se apesar da engenharia orçamental do actual governo PS que aumentando financiamento aumentou também as cativações.

Este continua a ser um sector caracterizado pela precariedade, desregulamentação de salários e horários e pela instabilidade laboral provocadas pelo subfinanciamento crónico e com o uso generalizado de recibos verdes, com o correspondente empobrecimento dos seus trabalhadores.

A pandemia da Covid 19 veio clarificar e reforçar a precariedade laboral a que estes trabalhadores já estavam sujeitos e deixando-os numa situação de muito pouca ou nenhuma protecção social. A maioria dos trabalhadores dos espectáculos (cerca de 67%) não têm contratos de trabalho e foram os primeiros a terem as suas actividades suspensas. Os baixos salários tornam impossível manter uma subsistência à base de poupanças. Sem apoios expressivos por parte da Segurança Social durante mais de um ano, cerca de um terço destes trabalhadores foram obrigados a abandonar a sua profissão. Embora a pandemia seja uma situação pontual e extraordinária para muitos a suspensão de actividade existe todos os anos, navegando ao sabor do financiamento existente e da falta de vontade de muitos empregadores de criarem laços laborais contínuos e estáveis com os seus trabalhadores.

O Estatuto do Trabalhador do Espectáculo, um caminho para renovada precariedade:

O governo PS criou em 2021, em resposta à reivindicação do sector por estabilidade laboral, mais contratos e mais protecção social, um Estatuto do Trabalhador do Espectáculo que embora fosse apresentado como forma de diminuir a precariedade no sector vem antes oferecer novas formas de exploração destes trabalhadores que ficam a partir do próximo ano sujeitos a um regime específico em muitos aspectos pior do que a lei geral do trabalho. A lei é composta por três partes: registo profissional, regime laboral e regime contributivo, onde Governo opta por consolidar o quadro legislativo resultante da Lei 4/2008, ferramenta de precariedade e exploração que comporta normas mais gravosas do que as do Código de Trabalho e que não são expurgadas. Estruturalmente comporta uma visão em que a precariedade é mantida e normalizada, em que continua a ser mais vantajoso para quem contrata recorrer a recibos verdes, em que o equilíbrio da Segurança Social pode ser comprometido por via da constituição de um fundo autónomo sem garantias de auto-sustentabilidade.

Além disso, é um modelo que não resolve nenhum dos problemas fundamentais que estão colocados aos trabalhadores das artes e da cultura, que se prendem com a natureza e características do trabalho desempenhado, a tipologia dos contratos e dos vínculos a que estão sujeitos, os salários baixos e irregulares, a instabilidade da carreira contributiva e o acesso e montante das prestações sociais. A valorização dos trabalhadores e do trabalho nas Artes e na Cultura exige o reconhecimento da existência de direitos, de contratos de trabalho, da criação de condições para que estes trabalhadores possam ser integrados no sistema de Segurança Social.

É preciso distinguir a sazonalidade e até pontualidade do trabalho pago da inexistência de trabalho. O Governo aponta a um conceito de actividade descontínua para não ter de resolver este problema, que antes obriga a uma intervenção decidida no sentido do aumento dos salários e da estabilização de vínculos, acabando com os falsos recibos verdes. A diversificação do trabalho a recibo verde ou prestação de serviços ou o reconhecimento do trabalho intermitente como algo desejável e particular do sector vem alimentar a mentira de que estes trabalhadores não precisam de ter actividade continua e não preenchem necessidades essenciais e permanentes nas estruturas onde trabalham.

Continua a ser fundamental aprofundar a intervenção do PCP no debate e discussão com os estes trabalhadores, no sentido da sua consciencialização, esclarecendo o seu papel na luta e a exploração de que são alvo, e preparando-os para o combate político e ideológico. É imprescindível o contacto pessoal e consistente com estes trabalhadores no sentido do reforço da sua luta e da sua inclusão na luta mais alargada dos outros trabalhadores até porque este tipo de lei, sendo específica para o sector da cultura, vem sem dúvida testar novas formas de precariedade e de divisão entre trabalhadores.

Trabalhadores da cultura em Coimbra:

O ataque do Governo à cultura, encontra o seu corolário nas políticas autárquicas para a área, nas câmaras municipais do PS e PSD. No caso da autarquia de Coimbra constrói-se como habitualmente uma agenda de eventos alicerçada numa visão de turistificação da cultura, colocando o usufruto da cultura na dependência da actividade turística. Saliente-se, a este respeito, a inadequada gestão do Convento de São Francisco onde a falta de recursos humanos é flagrante e as insuficiências do apoio aos agentes culturais da cidade, em meios e montantes, nomeadamente no que toca ao Regulamento de Apoio ao Associativismo, alvo de sucessivas modificações e correcções e, ainda assim, claramente insuficiente.

Em Coimbra existe um pequeno aumento de trabalhadores da cultura fixados na região com o esforço de algumas estruturas independentes para diminuir a precariedade dos seus trabalhadores mas sempre na dependência do valor e da frequência do financiamento que recebem. Existe no entanto a fixação de trabalhadores com contratos sem termo particularmente em resposta a necessidades permanentes nas áreas de mediação e técnicas (produção, administração, direcção técnica, técnicos de som e luz). As áreas artísticas (interpretação, cenografia e figurinos, luz, som e audiovisual) continuam a ser as mais afectadas pela precariedade continuando a existir uma maioria de trabalhadores a recibos verdes ou trabalhadores com duas actividades simultâneas, em particular na área do ensino artístico.

No caso dos professores de teatro e expressão dramática, o problema agrava-se pelo facto de, por omissão do Governo, ainda não terem sido iniciadas as negociações para a criação de um grupo de recrutamento para a área do teatro, reconhecendo-se assim as suas funções docentes. A criação deste grupo de recrutamento levaria a que estes professores deixassem de ser contratados a partir da contratação de escola, passando assim a estarem abrangidos pelo Estatuto da Carreira Docente e teriam a possibilidade de vincularem na carreira docente. São, na realidade, docentes a quem não é reconhecida essa condição ao serem contratados, reiteradamente, como técnicos especializados. É-lhes dito que os mecanismos de contratação em curso para combate à precariedade não se lhes aplicam por serem docentes, mas têm as portas da docência fechadas por inexistência dos grupos de recrutamento.

Muitos dos Técnicos Especializados lecionam as mais diversas disciplinas, nas áreas da Música, Dança, Artes e Cursos Profissionais há muitos anos. São contratados ano após ano, como se respondessem a necessidades transitórias e temporárias. No entanto, estão na mesma escola e/ou agrupamento há mais de 10 anos. Um trabalhador que se encontra numa escola há mais de 10 anos, não preenche necessidades temporárias, nem transitórias: preenche necessidades permanentes daquela escola. Neste sentido, devem ser integrados com um vínculo efetivo de trabalho. A Assembleia da República resolveu por iniciativa do PCP recomendar ao Governo que inicie o processo negocial com vista à criação de um Grupo de Recrutamento nas áreas da Expressão Dramática e do Teatro que atualmente são supridas através de técnicos especializados com funções docentes.

Serviço Público de Cultura

Para o PCP, pelo contrário, o Estado não pode demitir-se das funções que lhe cabem segundo a Constituição da República Portuguesa e que apenas ele tem condições de cumprir, no assegurar de um serviço público de cultura, nas vertentes da produção e fruição, verdadeiro pilar da Democracia Avançada para o Século XXI defendida pelo PCP.

A estruturação de um verdadeiro Serviço Público de Cultura e a organização de um Plano Nacional de Desenvolvimento para as Artes e a Cultura são a resposta a dar para alterar decisiva e definitivamente o rumo da cultura no panorama nacional. É urgente e necessário, para tal, cumprir a Resolução da AR 200/2019, aprovada em 19 de julho de 2019 por iniciativa do PCP, e consagrar o mínimo de 1% do OE no sentido de garantir condições para uma outra política de criação e democratização cultural, de afirmação da soberania e da identidade nacional, de respeito e valorização dos trabalhadores da cultura.

É urgente a existência de um Serviço Público de Cultura que garanta o acesso de todos, em todo o território nacional, à experiência da criação e da fruição cultural e artística, com especial enfoque na componente de acesso às formas, meios e instrumentos de criação.

O PCP considera que é urgente aprovar uma proposta para:

- Combater a precariedade;

- Contratar, com vínculo estável, os trabalhadores em falta para os vários organismos públicos da Cultura;
- Valorizar salários e reduzir os horários de trabalho;
- Aumentar o investimento na criação artística;
- Recuperar, salvaguardar, conservar, estudar e divulgar o Património Cultural;
- Desenvolver a criação cinematográfica;
- Aumentar os apoios à criação literária;
- Promover o Livro e a Leitura;
- Proteger o património arquivístico público, não público e o património digital;
- Salvaguardar o carácter integralmente público dos vários organismos sob tutela ministerial;
- Potenciar, multiplicar e difundir os modos de fruição, circulação, equipamentos e espaços;
- Instituir uma rede pública intermédia, assumida pelo Estado, de centros de criação para estruturar a resposta cultural no território e eliminar assimetrias regionais;
- Garantir o acesso de todos a toda a cultura.

1.13. Poder local democrático

O quadro de limitação do poder local democrático, a diversos níveis, com particular destaque para a extinção de freguesias marcou significativamente este período. O Poder Local continuou, entretanto, a ser atingido por um processo iniciado em 2015, de transferência de competências da administração do Estado Central para as autarquias locais em múltiplas áreas, desde a Educação, Saúde, Cultura, Ambiente, Protecção Civil e outras, que, entretanto, ganhou novo fôlego. Ao invés de um autêntico processo descentralizador, é de facto um processo de desresponsabilização da Administração Central relativamente a áreas sociais fundamentais, reduzindo serviços públicos, pondo em causa o seu

carácter universal e deslocando o ónus causado pelas suas limitações e deficiências para os órgãos e os eleitos locais.

Apesar de condições menos favoráveis à intervenção do PCP e da CDU, fruto do quadro resultante das últimas eleições autárquicas, os eleitos dos órgãos locais e os militantes e activistas da CDU continuarão a bater-se sob o lema Trabalho, Honestidade e Competência, pelo seu projecto bem distinto do das restantes forças políticas, na valorização dos serviços públicos, na defesa do Poder Local, na dignificação dos trabalhadores, na defesa das Micro Pequenas e Médias Empresas, defendendo a cultura enquanto direito, a água pública, o transporte público, a mobilidade e o planeamento urbanístico não sujeito aos grandes interesses económicos e financeiros, criando condições para se viver melhor no Distrito. No momento actual, coloca-se a possibilidade de, com as populações, se inverter o processo de extinção de freguesias.

Os eleitos da CDU exercerão os cargos públicos norteados pela recusa de benefícios pessoais, seguindo o princípio de não serem prejudicados nem beneficiados no exercício dos seus mandatos, o que é parte integrante da forma distintiva como o projecto autárquico da CDU vê e defende o Poder Local Democrático, conquista de Abril.

O PCP não deixará de trabalhar e de lutar, com as populações, para suprir e colmatar, num futuro tão próximo quanto possível, as consequências da diminuição ou mesmo ausência de eleitos, salientando que a natureza plural e colegial do poder local atribui a cada mandato um valor próprio de intervenção, seja para intervir na construção de soluções e propostas, seja para dar voz aos interesses das populações, seja para garantir rigor e transparência no funcionamento das autarquias.

1.14. Juventude

A vida da juventude e as condições concretas em que se encontra são indissociáveis das décadas de política de direita conduzida por PS, PSD e CDS, de submissão aos ditames da EU e ao serviço do grande capital. De destacar a grave ofensiva aos direitos consagrados na CRP, aprofundada pelo governo PSD/CDS, que acelerou a destruição de serviços públicos, privatizou sectores essenciais, atacou e roubou direitos e rendimentos dos trabalhadores e empurrou milhares de jovens para o desemprego e para a emigração.

A nova fase da vida política nacional que decorre da alteração da correlação de forças na Assembleia da República no seguimento das eleições de outubro de 2015, permitiu repor e conquistar direitos, assim como, romper com o caminho até então seguido. Todavia, muitos problemas se mantêm pelas contradições do Governo PS e pelas amarras que o ligam ao grande capital.

Decorrente das eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022, a maioria absoluta conquistada pelo PS, vem representar um fator negativo para a vida política nacional, estando agora mais livre para praticar a sua política e negar as respostas necessárias aos problemas do país.

No Ensino Secundário e Básico foi garantido, através da luta dos estudantes e da intervenção da JCP e do PCP, a gratuidade dos manuais escolares até ao fim da escolaridade obrigatória, a redução do número de alunos por turma, a contratação de mais trabalhadores, a aprovação de medidas de apoio às AAEE e o fim dos exames nacionais para o 4º e 6º ano. A realidade dos estudantes permanece pautada por falta de condições humanas e materiais, por obstáculos à marcação de RGAs, por ingerência da direção nos processos eleitorais para a Associação de Estudantes e por um sistema de avaliação e de acesso ao ES injusto. O Ensino Profissional está numa situação especialmente dramática, sofrendo a desvalorização da formação integral do indivíduo e o estímulo ao espírito crítico, as precárias condições materiais das escolas, a sobrecarga horária agravada pelo regime de faltas injusto e o sistema de aprendizagem por módulos.

No Ensino Superior, prossegue o caminho encetado nas últimas décadas. Transferindo os custos de ingresso e frequência para o estudante e a sua família, desvirtuou-se o que está inscrito na CRP tendo em vista fazer corresponder as elites económicas às elites do conhecimento. A ASE pretendendo colmatar os problemas criados pela política de direita apresenta graves deficiências devido ao seu crónico subfinanciamento. A falta de residência e obras nas mesmas, a insuficiência, tanto no valor como no número, de bolsas, o fecho de cantinas e da oferta do prato social em algumas unidades alimentares, promovendo o prato mais caro e menos completo “snack”. O processo de Bolonha continua a criar dificuldades de aprendizagem e acesso aos mais elevados graus de ensino, tendo sido decretado o fim dos mestrados integrados, medida fundamental para o seu cumprimento pleno. Apesar de implementado, o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior permanece largamente por cumprir. A propina desde a última Assembleia foi alvo de sucessivas reduções, tendo actualmente o valor máximo de 697€ no 1º ciclo, não existindo um tecto máximo nos 2º e 3º ciclos. Esta conquista, não apaga a necessidade de continuidade da luta pelo fim das propinas, por um Ensino Superior Público, Gratuito, Democrático e de Qualidade.

Perante todos estes problemas e a falta de resposta que têm recebido, a juventude tem respondido com denúncia, reivindicação e luta. Destacam-se das várias lutas travadas, a luta pelo reforço da ASE no largo D. Dinis no dia 15 de Dezembro de 2020 que contou com mais de 100 estudantes, no dia 28 de Abril de 2021 mais de 500 estudantes saíram à rua a exigir o fim da propina, nos dias 17 de setembro e 29 de novembro de 2021 os estudantes de Direito

concentraram-se contra a elitização do acesso à Ordem dos Advogados, e também no dia 3 de Novembro de 2021 a AAC saiu à rua no seu aniversário, pela reposição do pagamento em numerário em todas as cantinas dos SASUC e do prato social nas cantinas rosas.

A realidade dos jovens trabalhadores é protagonizada por vínculos precários e falsos recibos verdes, desemprego e o sub-emprego, os baixos salários, a desregulação de horários, os bancos de horas, o horário concentrado, o trabalho por turnos, o não pagamento devido de subsídios, o trabalho suplementar, e trabalho prestado em fins-de-semana ou feriados. São de valorizar a participação dos jovens trabalhadores nas jornadas de luta organizadas pela CGTP e nas manifestações da Interjovem no dia 28 Março, dia da juventude, exigindo o aumento geral dos salários, a regulação dos horários e o fim da caducidade da contratação colectiva.

O reforço da JCP é condição necessária para o intensificar da luta e a conquista de direitos. Para o seu reforço contribuíram o 12º Congresso da JCP a 15 e 16 de Maio de 2021, o 42º Aniversário da JCP em Matosinhos e o desfile e comício da Juventude CDU no dia 23 de janeiro em Lisboa. Momentos altos da organização, que para além de a fortalecerem, fortaleceram também a luta da juventude.

1.15. Comunicação Social

A falta de investimento a nível regional e local e consequentes cortes, o encerramento de empresas que garantiam o investimento publicitário e o contexto da Região, tem causado uma diminuição de trabalhadores dedicados a esta área. Uma parte considerável destes trabalhadores, apesar de cumprirem funções permanentes, permanecem com vínculos precários, e em constante rotação, tornando ainda mais complexo o contexto regional no que diz respeito à comunicação social.

A pandemia covid-19 trouxe a banalização do teletrabalho, cujas consequências se sentem de forma agravada no jornalismo. Para dar resposta à procura permanente de informação, os meios de comunicação social regional e local recorrem com frequência às notas das agências noticiosas, que não substituem o trabalho que tem que ser feito a nível da Região de Coimbra. Esta realidade agrava os problemas locais e contribui para a sua falta de atenção mediática a nível nacional.

Esta realidade não é desligada de décadas de políticas de direita, de desinvestimento e desvalorização do papel destes órgãos de comunicação social, que nos merece profunda rejeição. As dificuldades de organização sindical e a tentativa de limitação de organização não são indiferentes à realidade cada vez mais complexa que estes trabalhadores atravessam.

Do ponto de vista político e ideológico, não podemos deixar de notar um tratamento por vezes desigual do Partido Comunista Português, com o silenciamento e deturpação das suas posições. Esta realidade, não sendo transversal a todos os meios de comunicação social regional e local, continua a perdurar no tempo e é tem origem em escolhas editoriais, que não nos origina surpresa, nos merece o maior repúdio e rejeição.

São necessários mais meios financeiros alicerçados numa política de valorização da comunicação social que permita um jornalismo isento, de qualidade e ligado aos problemas da Região.

1.16. Ambiente

As políticas ambientais que têm vindo a ser seguidas vão no sentido da desresponsabilização do Estado central e de enaltecimento da gestão privada para justificar a privatização ou co-gestão das áreas protegidas. A transferência de competências para os municípios das áreas protegidas, coloca a gestão, acesso e usufruto destes locais à mercê das capacidades financeiras e da vontade política de cada autarquia, tornando o que deveria ser uma gestão integrada e holística, numa gestão feita à peça e potencialmente ajustada à senda privatizadora.

A privatização das áreas protegidas, como já acontece em Aveiro na Mata do Buçaco, torna evidente o caminho que querem tomar, de privatização de espaços de elevado valor ambiental e cultural, e na limitação do acesso a estes locais, nomeadamente cobrando entrada em áreas protegidas. O desinvestimento e a desvalorização que as áreas naturais têm vindo a ser alvo em Coimbra, insere-se numa estratégia concertada, para que a privatização ou concessão a privados tenha suporte popular generalizado.

A solução necessária passa por mais financiamento (através do ICNF), mais trabalhadores e mais meios materiais para que estas zonas possam ser valorizadas, monitorizadas do ponto de vista biológico e ecológico, e que a população possa usufruir dos espaços de Natureza que o distrito de Coimbra possui.

O PCP tem vindo a apresentar propostas no que diz respeito à Mata de Vale de Canas e à Mata do Choupal e à sua necessária recuperação e valorização, pelo seu valor intrínseco, por serem habitats de uma vasta biodiversidade e por constituírem espaços verdes essenciais para Coimbra. As consequências de fenómenos naturais, como seja a tempestade “Leslie” em 2018, tiveram graves consequências nestas áreas, não tendo tido os meios financeiros necessários à sua recuperação e re-estabelecimento. O Paul de Arzila é mais outro exemplo da degradação de uma área protegida, por falta de meios e do investimento necessário à sua valorização.

Também no que diz respeito aos rios que atravessam o nosso distrito, existem vários problemas que afectam os cursos de água, como é o caso do Rio Cobral ou do Rio Alva. O PCP tem tido intervenção junto das populações, reivindicando mais meios, mais trabalhadores e uma real monitorização e fiscalização dos cursos de água. Os focos de poluição que são constantes, nomeadamente no Rio Cobral, devido a descargas dos efluentes das queijarias constituem um grave problema ambiental. É de realçar que a poluição dos rios tem também consequências no que diz respeito à agricultura e aos terrenos agrícolas.

As espécies invasoras e infestantes constituem também um problema grave que afecta o distrito de Coimbra. As acácias, os eucaliptos ou os jacintos-de-água são exemplos de espécies com um grande potencial reprodutor que se têm vindo a instalar nos espaços verdes/cursos de água destes concelhos. As nossas florestas, espaços verdes e ruas confrontam-se também com a problemática do nemátodo-do-pinheiro e da vespa-asiática. É necessário potenciar as espécies autóctones e dotar o Estado dos meios necessários para contribuir para o equilíbrio ecológico, através dum planeamento integrado.

Também a questão da erosão costeira suscita preocupação no nosso distrito, com políticas pontuais, feitas à medida que os problemas se agravam, não tendo uma estratégia a médio/longo prazo que possa dar resposta ao acentuado e expectável recuo das praias da margem sul do Mondego. A falta de políticas para o litoral e a falta da incorporação dos conhecimentos técnicos e científicos existentes faz com que os problemas desta zona se agravem e acumulem sem solução concreta que lhes dê fim. O PCP tem vindo a acompanhar esta situação, intervindo para que os valores presentes a norte e a sul da Foz do Mondego sejam preservados.

A concessão a privados da extracção de minerais afectou também gravemente o distrito de Coimbra. Estas concessões fazem parte de estratégias políticas de favorecimento de grandes grupos privados, que exploram os recursos naturais da Região, com todas as consequências que isso acarreta, não existindo em muitos dos casos Estudos de Impacte Ambiental que possam contribuir para uma avaliação e para uma recuperação das áreas exploradas. A desresponsabilização do Estado Central por este sector estratégico, deixa a porta aberta à mercantilização da Natureza, deixando às populações um rasto de dano e poluição, não obtendo daí qualquer benefício, em termos económicos ou ambientais.

A privatização do sector da gestão de resíduos, em particular da EGF (com impacto no distrito através da ERSUC) conduziu ao crescimento da importação de lixo, ao aumento de custos para as autarquias e consumidores e à degradação de condições dos trabalhadores.

O PCP tem vindo a bater-se pela salvaguarda do carácter público da água. A mercantilização da água com a chantagem sobre os municípios, por parte dos sucessivos governos, no sentido de forçar a agregação de sistemas de água em Baixa (i.e. APIN, APSE e ABMG) tem como objectivo tornar estes serviços apetecíveis ao negócio e precariza as relações laborais, aumenta as tarifas penalizando as populações. Colocam em causa a autonomia do Poder Local na gestão pública dos sistemas de abastecimento de água e saneamento.

1.17. Justiça

O Direito e a Justiça são pilares fundamentais do estado de direito democrático. Todas as recentes reformas na Justiça não só não resolveram como agravaram os problemas existentes e apenas visaram a diminuição de custos orçamentais em prejuízo dos cidadãos e do direito destes ao acesso à justiça.

Um verdadeiro direito de acesso dos cidadãos à justiça passa necessariamente pela revisão urgente do regime legal das taxas de justiça e custas processuais, baixando significativamente o seu valor e alargando os critérios para a sua isenção. Com efeito, os montantes que um cidadão tem de despende em taxas de justiça e custas processuais impede que a maior parte dos cidadãos aceda aos tribunais e à justiça.

Importa também acabar com as pendências e a morosidade processual, sobretudo ao nível da investigação criminal e dos tribunais administrativos e fiscais. Para isso tem de haver aumento do investimento na Justiça, em recursos humanos, infraestruturas, equipamentos e outros meios, e o efetivo cumprimento do Plano Plurianual de Investimento na Investigação Criminal, proposto pelo PCP e aprovado no OE para 2021. Devem, pois, ser contratados mais profissionais para a investigação criminal, designadamente para a polícia judiciária e bem assim magistrados do ministério público e magistrados judiciais. Só o reforço do investimento na justiça em recursos humanos, infraestruturas, equipamentos e outros meios permitirá ter uma justiça eficiente e célere.

Ao nível da situação específica de cada um dos grupos profissionais que trabalham na justiça, magistrados, funcionários judiciais, conservadores, notários e respectivos funcionários e bem assim trabalhadores da PJ, SEF, ASAE e ACT é necessária a valorização das carreiras em termos de progressão de carreira e situação salarial.

Há que defender a autonomia e independência das magistraturas, recusando toda e qualquer intromissão do poder político ou diminuição desta autonomia e independência como tem tentado de várias formas os governos do PS do PSD e do CDS-PP.

Urge garantir aos cidadãos um efectivo acesso ao direito e aos tribunais, actualizando a tabela de honorários do acesso ao direito e aos tribunais para valores dignos e justos e liquidando esses mesmos honorários logo após a prestação do serviço e não passados muitos meses como

vem sucedendo. Na verdade, o apoio jurídico no âmbito do acesso ao direito e aos tribunais é para muitos advogados a quase exclusiva fonte de rendimento e subsistência.

É premente aproximar a justiça das populações com a extensão e reforço, através da contratação de mais juizes de paz e funcionários. Devem ser criados julgados e paz nos concelhos da Figueira da Foz, Condeixa, Lousã e Penacova, concelhos bastante populosos do distrito de Coimbra.

É urgente adequar a formação inicial do advogado ministrada pela Ordem através do estágio aquilo que é a profissão e não fazer dela uma fonte de receita para a Ordem, atento o valor muito elevado dos emolumentos cobrados, situação que restringe, inconstitucionalmente o acesso à profissão enquanto direito fundamental. Deve-se lutar por melhores condições de ingresso na profissão, recuperando a dispensa do pagamento de contribuições e de quotas da Ordem, nos primeiros três anos de exercício.

É tempo de lutar pela devolução ao advogado estagiário dos serviços do acesso ao direito, em especial nos processos de menores, nas acções cíveis até ao valor de cinco mil euros e nas causas da competência do tribunal singular, combatendo a precariedade que vivem estes profissionais, sobretudo nos distritos fora de Lisboa, como é o caso de Coimbra.

Importa combater toda e qualquer exploração do trabalho subordinado entre advogados, em especial no âmbito das Sociedades de Advogados, designadamente no que se refere a honorários e horários de trabalho, pugnando pelo primado do livre exercício do mandato forense. Contudo, atenta a realidade existente, com abundante prestação de trabalho em regime subordinado, sobretudo nas grandes sociedades de advogados, é fundamental regulamentar esta realidade com a criação do estatuto do advogado trabalhador em regime de trabalho subordinado por forma a proteger e garantir os direitos dos advogados que laboram desta forma.

Foi recentemente apresentado na Assembleia da República, pelo Partido Socialista, o Projecto Lei n.º 974/X IV/3.^a, que altera a Lei das Associações Públicas e o Regime Jurídico das Sociedades de Profissionais sujeitos à Lei das Associações Públicas.

Este diploma, entre outras alterações ao regime vigente permite a constituição de sociedades multidisciplinares, onde se associem profissionais de variadas áreas e profissões, constituindo pessoas colectivas que podem revestir a natureza de sociedade civil mas também qualquer forma jurídica admissível por lei para o exercício de actividades comerciais. Prevê-se igualmente a imposição de uma figura obrigatória, exterior à profissão designada "*Provedor dos destinatários dos serviços*", a avaliação final do estágio passar a ser da responsabilidade de um júri externo, que deve integrar personalidades de reconhecido mérito, que não sejam membros da associação pública profissional, a existência de um órgão de supervisão semi-externa no exercício das suas funções e um órgão disciplinar, eleito pela assembleia representativa, que exerce o poder disciplinar, devendo integrar personalidades de reconhecido mérito que não sejam membros da associação pública profissional. Igualmente se prevê a intervenção da Autoridade da Concorrência, esta com funções mercantis.

Estas alterações são prejudiciais para a justiça e para os cidadãos, não resolvem os problemas da justiça e afectam a liberdade e independência do exercício da profissão.

A criação das sociedades multidisciplinares, além de concentrar ainda mais a atividade dos advogados agora em entidades não detidas por advogados, irá acentuar a precarização da profissão, colocar problemas de ordem deontológica afectando, nomeadamente, a independência e autonomia dos advogados, e irá permitir o acesso de informações confidenciais a entidades comerciais. Mais se entende que a interferência de entidades exteriores aos advogados, concretamente ao nível deontológico é prejudicial ao exercício da profissão e fiscalização do exercício da profissão e também ela não traz qualquer benefício aos cidadãos e à justiça.

Importa lembrar que nos termos constitucionais vigentes o patrocínio forense é um elemento essencial à administração da justiça. O papel do Advogado, que presta um serviço público, enquanto elemento essencial da Justiça e do sistema judicial não configura uma atividade comercial.

Ao nível da protecção social e previdência dos advogados e solicitadores há que pugnar pela alteração da situação vigente, que revelou não estar à altura dos desafios mais recentes decorrentes da pandemia e não ter soluções para os problemas dos advogados, designadamente pela inexistente ou escassa protecção social em muitas eventualidades. Assim, seja através da

integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores na Segurança Social ou através de uma reforma profunda da CPAS, há que garantir aos advogados uma efectiva protecção social em todas as eventualidades para além da garantia da reforma.

A todos os juristas que trabalham na Administração Central e Local, satisfazendo necessidades permanentes deverão ser, desde já, reconhecidos direitos laborais, através da celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado, integrados na carreira de técnico superior prevista na LTFP, acabando com os vínculos precários materializados em bolsas e recibos verdes.

Na região de Coimbra, a redução de todas as comarcas a uma teve como principal consequência o afastamento dos serviços de justiça das populações locais e a centralização dos processos. A tentativa de minorar o problema, com a criação de instâncias locais e secções de proximidade que não preenchem o âmbito dos anteriores tribunais não resolveu o problema. A justiça é assim administrada mais longe das populações e das micro, pequenas e médias empresas que laboram no interior do distrito. Este afastamento das instâncias judiciais das populações acarreta aos cidadãos e às micro, pequenas e médias empresas mais custos e tempo em deslocações a tribunal.

Importa ainda concretizar a ideia há muito adiada de construção de um novo palácio da justiça em Coimbra, por forma a concentrar num único local todos os juízos e serviços da justiça, até agora dispersos e instalados em edifícios particulares a cujos proprietários o Estado paga avultadas rendas.

1.18. Movimento Associativo Popular e Desporto

Pela sua própria natureza, o associativismo popular é um forte exercício de liberdade e forte exemplo de vida democrática. É uma actividade de vida colectiva, de cooperação, de solidariedade, de independência de humanismo e de cidadania, conjuga os valores colectivo e individual.

Defender, reforçar, apoiar e promover o desenvolvimento do movimento associativo é defender e reforçar a democracia, levando os cidadãos a participar na vida social, na perspectiva na luta por uma democracia política, económica, social e cultural.

O Movimento Associativo Popular é um movimento imparável, profundamente consciencializador das necessidades profundas das populações e, por isso, alvo de ataque dos que defendem o pensamento único e que concebem o exercício da democracia exclusivamente como acto periódico de votar.

Existem no Distrito mais de meio milhar de associações do movimento associativo popular, tendo uma importante acção nas áreas da cultura do desporto do recreio e social, envolvendo milhares de associados e dirigentes voluntários.

Podemos afirmar que as dificuldades do movimento associativo foram profundamente agravadas nos últimos dois anos, fruto da pandemia e da falta de apoios que colmatassem as restrições às actividades.

É necessário criar condições de trabalho para apoiar no distrito o movimento associativo popular com o fim de assegurar o seu desenvolvimento, o aumento da participação dos associados e dirigentes de forma a fortalecer e dinamizar novas associações para novos interesses, apoiar os dirigentes no sentido de assegurar o carácter benévolo da sua actividade e o carácter formativo e profundamente democrático e popular.

É necessário estruturar, organizar os comunistas que intervêm no movimento associativo, e dar atenção às estruturas representativas do sector, nomeadamente a federação das colectividades de cultura e recreio.

II - Relatório de actividades 2018-2022

O Partido desenvolveu uma intensa actividade no período decorrido desde a IX Assembleia. Neste período, o Partido interveio nas eleições para as Assembleia da República 2019, para o Parlamento Europeu em 2019, para as Autarquias Locais em 2021, Presidenciais 2021 e para a Assembleia da República 2022. Participou no Encontro Nacional sobre a situação do País e as eleições, sob o lema «Alternativa Patriótica e de Esquerda – Soluções para um Portugal com Futuro», em Fevereiro de 2019, na Conferência «Alternativa Patriótica e de Esquerda por um Portugal com futuro» em Novembro de 2018, no Comício do 99.º aniversário do Partido, que deu início às comemorações do Centenário do PCP em Março de 2020 e na Conferência Comemorativa do II Centenário do nascimento de Friedrich Engels em Setembro de 2020. Em condições de epidemia, destaca-se a intervenção directa junto dos trabalhadores e das populações, a realização de sessões e comícios, bem como as iniciativas e posições do Partido sobre os 150 anos do nascimento de Lênine, sobre o 75.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo e sobre um vasto conjunto de problemas da vida nacional, utilizando os meios electrónicos. As organizações assinalaram os aniversários do Partido, o Centenário do PCP, o 25 de Abril e asseguraram o êxito da Festa do Avante!. Num contexto difícil, o Partido desenvolveu um intenso trabalho:

Em defesa dos Trabalhadores

(2018) Denúncia e solidariedade com trabalhadores da empresa de limpeza (Byeva) na Universidade de Coimbra. Solidariedade com luta dos Bombeiros Sapadores de Coimbra pela dignificação da carreira. (2019) Audição Parlamentar sobre a Contagem Integral do Tempo de Serviço dos professores. Acção junto dos trabalhadores da MEO/Altice. Comunicado aos trabalhadores da MAHLE. Comunicado aos trabalhadores da Aquinos. Questionamento sobre situação dos trabalhadores da Navigator. (2020) Sobre o projecto de resolução para a criação da Carreira de Agente Único de Transportes Coletivos. Denúncia de pressões do patronato para marcação forçada de férias no Grupo Aquinos. Denúncia de atropelo dos direitos dos trabalhadores das cantinas escolares. Exigência de medidas de segurança, saúde e salvaguarda dos trabalhadores dos SUCH e empresas concessionárias, perante a COVID-19. Exigência de medidas de protecção dos trabalhadores municipais em Coimbra. Sobre atropelos aos direitos no Café Nicola em Coimbra. Denúncia de Lay-off abusivo na AAC. Sobre a tentativa de retirada de direitos e redução dos rendimentos dos trabalhadores da Navigator. Denúncia de despedimento de 650 trabalhadores da ICA (cantinas escolares). Contacto com trabalhadores e representantes da administração dos Estaleiros Navais do Mondego, Contacto com trabalhadores e representantes sindicais da ERSUC. Reunião com representantes sindicais dos trabalhadores dos Hospitais de Coimbra. Encontro com dirigentes e delegados sindicais e trabalhadores dos SUCH. Acção de solidariedade com o piquete de greve dos trabalhadores da ERSUC, (2021) pela atribuição de suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores municipais de Coimbra. Solidariedade com trabalhadores da Eurest face ao despedimento coletivo. Encontro com a empresa conserveira Cofisa. (2022) Reunião com dirigentes do Sindicato de Hotelaria do Centro CGTP-IN. Reunião com o Sindicato de Cerâmicos e Construção e com o SITE. Reunião com Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Reunião com Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais (STAL). Reunião com União de Sindicatos de Coimbra. Reunião com Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro. Reunião com Sindicato dos Médicos da Zona Centro. Reunião com Sindicato dos Funcionários Judiciais. Reunião com Sindicato dos Professores da Região Centro. Reunião com Associação de Bolseiros de Investigação Científica. Denúncia falta de meios e trabalhadores na Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Educação e Ensino

(2018) Posicionamento público após a vitória que constituiu a rejeição do regime fundacional pelo Conselho Geral da UC. Questionamento sobre a situação de formandos do Hospital Sobral Cid. Questionamento do governo acerca da Degradação das condições materiais da Residência de Bencanta. (2019) Sobre entraves à implementação da gratuidade dos manuais escolares em Coimbra. (2020) Sobre denúncias dos pais na Escola Eugénio de Castro em Coimbra. Sobre a concretização de uma nova lógica no concurso de aquisição de refeições escolares em Coimbra. PCP questiona o Governo acerca da falta de EPIs para os trabalhadores não docentes das escolas de Coimbra. (2022) Reunião com Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Reunião com Reitoria da Universidade de Coimbra. Reunião com Associação Académica de Coimbra. Reunião com Instituto Politécnico de Coimbra. Reunião com Secção de Patinagem da AAC.

Saúde

(2018) Em defesa das Maternidades e pela nova maternidade no H. G. Covões. Intervenção sobre precariedade no Hospital Rovisco Pais em Cantanhede. Questionamento sobre o descongelamento das progressões dos enfermeiros do Hospital D. da F. Foz. (2019) Posição sobre a construção do novo Centro de Saúde Fernão de Magalhães em Coimbra. Sessão/Debate em Coimbra sobre proposta do PCP de Lei de Bases da Saúde e problemas do distrito. (2019) Questionamento sobre Situação do Serviço de Neonatologia da Maternidade Bissaya Barreto, em Coimbra. Visita e questão sobre extensão de saúde de Santo Varão. Reunião com elementos do Movimento + Saúde para o Hospital do Lorvão. Nota sobre defesa da nova Maternidade junto aos Covões e intervenção urgente nas maternidades existentes. Questão sobre a situação da USF de Condeixa-a-Nova, sobre as obras no Centro de Saúde de Celas, e sobre a construção do Centro de Saúde da Fernão Magalhães. Nota sobre transferências de pacientes púerperas da Maternidade Daniel de Matos para os Cuidados Intensivos do Hospital Geral (Hospital dos Covões). Acção da CDU em defesa do Serviço de Pneumologia do Hospital dos Covões. Acção de contacto com trabalhadores do CHUC, pela melhoria das condições de trabalho. Nota sobre a suspensão das marcações de consultas na UCSP Fernão de Magalhães em Coimbra. Apresentação do Projecto de Resolução "Recomenda a construção de uma nova maternidade em Coimbra que abarque o número de partos das atuais maternidades e seja situada junto ao Hospital Geral dos Covões" Reunião com a Comissão de Utentes do Centro de Saúde Fernão de Magalhães, em Coimbra e questão ao governo sobre más condições do edifício e à falta de pessoal. (2020) Questão o Governo sobre problemas de funcionamento da extensão de saúde de Marco dos Pereiros, em Coimbra. Visita às maternidades de Coimbra. Sobre o encerramento das extensões de saúde de Penacova e de Oliveira do Hospital. Sobre a desmarcação dos tratamentos oncológicos por falta de fármacos em Coimbra. Sobre o encerramento de cardiologia no HG Covões. Sobre a situação dos médicos prestadores de serviços no HD F. Foz. Nota em defesa do Hospital dos Covões. Sobre o esvaziamento de capacidade do Centro de Saúde Militar de Coimbra. Tribuna pública "Combater a COVID-19, recuperar atrasos, garantir o acesso aos cuidados de saúde". Nota acerca do subaproveitamento do Centro de Saúde Militar de Coimbra. Em defesa da melhoria dos cuidados de saúde no distrito de Coimbra e pela reversão do processo de fusão dos hospitais do CHUC, E.P.E. Acerca da exigência da devolução de remunerações no H.D. da Figueira da Foz. Tempos de espera inaceitáveis e falta de condições no Hospital Geral dos Covões, Coimbra. (2021) Sobre o Encerramento da Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais da Maternidade Bissaya Barreto. Nota "Um ano de Urgência 24 horas no Hospital dos Covões - Não pode voltar atrás" Sessão Pública em defesa do SNS em Coimbra. Nota sobre o Encerramento da Unidade de Cuidados Intensivos e encerramento da urgência nocturna no Hospital dos Covões. Sobre a reabertura da extensão de saúde de Brasfemes. Reunião com Conselho de Administração do CHUC. Visita ao Hospital Psiquiátrico Sobral Cid. Acerca do encerramento parcial da USF Gândras, em Cantanhede. Solidariedade com concentração em defesa do SNS e do H. dos Covões promovida pelo MUSP. Nota "A decisão do Governo de inserir a Maternidade no perímetro dos Hospitais da Universidade de Coimbra é errada". Sobre a suspensão das consultas na USF Trevim-Sol, na Lousã. Reunião com Centro de Respostas

Integradas de Coimbra. Reunião com SRCentro da Ordem dos Médicos. Reunião com Hospital de Cantanhede. Nota sobre desinvestimento e degradação do Centro Diagnóstico Pneumológico de Coimbra.

Transportes e Acessibilidades

(2018) Reunião com movimentos de defesa do Ramal da Lousã . Posicionamento sobre a degradação dos transportes ao longo do Ramal da Lousã. Pela requalificação do IP3, sem portagens. (2019) Posicionamento "Defender a Ferrovia. Defender a Estação Nova". Posição "RAMAL DA LOUSÃ - Promessas e Mais Promessas, Milhões e Mais Milhões Que Não Servem as Populações!". Posição sobre o metro bus no Ramal da Lousã. Contacto com a população em Miranda do Corvo sobre ferrovia, Reunião com o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Ferroviário (SNTSF). Contactou com a população na Estação Nova em Coimbra. Reunião com Associação de Utentes e Sobreviventes do IP3. Questionamento sobre IP3. (2020) Tribuna Pública "Destruir ferrovia é andar para trás" em frente à Estação Nova. (2021) Pelo prolongamento do IC6. (2021) Nota "SMTUC chegam finalmente à zona norte do concelho". Visita às oficinas de reparação de material ferroviário na Figueira da Foz; Viagem de comboio Figueira-Coimbra. Marcha-Lenta pela Conclusão do IC6. Reunião com Movimento da Estação Nova.

Cultura

(2019) visita o Museu Nacional Machado Castro e o Museu Monográfico de Conímbriga. Associação Pró-Defesa do Mosteiro do Lorvão. Em defesa do reforço de pessoal no Museu de Conímbriga. (2020) Sobre a Inclusão da candidatura do projeto 'Conímbriga - Cidade Romana e Território da Lusitânia Atlântica' na Lista Indicativa do Património Mundial da Comissão Nacional da UNESCO. Encontro com agentes culturais locais e trabalhadores da cultura. Encontro com o Teatro da Chanca em Penela. (2021) Encontro com Círculo de Artes Plásticas de Coimbra. (2022) Nota "Sobre o Não-Anunciado modelo de gestão do Convento de S.Francisco"

Incêndios

(2018) Jornadas nas Zonas Afectadas pelos incêndios de 2017 em Arganil, Cantanhede, Góis, Lousã, Penacova, Mira, Oliveira do Hospital, Tábua e Pampilhosa da Serra. Debate sobre os "Incêndios Florestais de 2017, causas, consequências e políticas alternativas (2018). Visita e posicionamento sobre prejuízos da tempestade de Outubro de 2018 em Montemor-o-Velho. Visita zonas afectadas pela tempestade Leslie no distrito de Coimbra. Questionamento à CE sobre tempestade Leslie. (2019) Posicionamento sobre problemas ambientais que afectam os cursos de água em Arganil, Programa, no distrito de Coimbra, dedicado a áreas afectadas pelos incêndios de 2017 (Penacova, Arganil e Oliveira do Hospital). Visitas em Oliveira do Hospital sobre os grandes incêndios de 2017.

Defesa de direitos liberdades e garantias

(2019) Denúncia de actos de vandalismo dirigido a eleito da CDU em Arganil. Nota sobre furto e destruição de estruturas de propaganda na cidade de Coimbra. (2021) Sobre o apagamento da pintura mural alusiva ao Centenário do PCP, em Penacova. Nota "CNE dá razão à CDU - Destruição de propaganda política é crime e não passará!". Distribuição da Constituição por proposta da CDU na Câmara Municipal de Coimbra. Reunião com Movimento Democrático de Mulheres. Reunião com com a "akto - Direitos Humanos e Democracia". Reunião com Comarca de Coimbra e Ordem dos Advogados.

Aparelho produtivo

(2018) Em defesa dos Estaleiros Navais do Mondego. Encontros e visitas no concelho da Figueira da Foz, Celbi. Plasfil e contactos com produtores de leite em Ferreira a Nova. (2019) Visita à empresa Fresbeira. Visita ao porto de pesca da Figueira da Foz. Questionamento sobre situação dos Estaleiros Navais do Mondego. Nota sobre o Sector da Agricultura e da Floresta no Distrito de Coimbra. Encontro do PCP sobre agricultura e os agricultores nodo distrito de Coimbra. Encontro com pescadores artesanais na Figueira da Foz . (2020) Valorização e salvaguarda do Mercado Municipal em Coimbra. Sobre a Feira Virtual do Queijo - Negócio mascarado de

solidariedade?. Sobre a Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego e o "PLANO DE ACÇÃO MONDEGO MAIS SEGURO". Contacto com agricultores em Formoselha, Montemor-o-Velho sobre a conclusão da Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego e necessidade urgente de limpeza e manutenção do leito de cheia. Sobre o projecto com o objectivo anunciado de florestação de áreas comunitárias ardidas, liderado pelo Grupo Jerónimo Martins. Encontro com produtores agrícolas em Montemor-o-Velho. Reunião com representantes da Confederação Nacional da Agricultura. Reunião com CNA. Reunião com Associação de Produtores Florestais do concelho de Arganil. (2022) Reunião com a Ctuar - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento. Reunião com com ADACO - Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra. Reunião com Baldios de Vilarinho (Lousã).

Ambiente

(2018) Visita sobre problemas de poluição na estação elevatória das Cochadas e Vala Real, na freguesia da Tocha. Contacto com a população afectada pelo "Hotel" da Praia da Tocha - Obras feitas em terrenos de zona dunar sensível. Questionamento sobre a Instalação de mega aviário no concelho de Mira. (2019) Questionamento sobre poluição no rio Zêzere. Questão e visita sobre operações de limpeza das margens do rio Mondego em época de nidificação. Denúncia enterramento de resíduos pela Câmara Municipal de Tábua. Debate "A água como um bem público e não como um bem económico". (2020) Visitas e questões sobre áreas afectadas pelas cheias do Mondego. Visita a Cova Gala (Figueira da Foz) em torno dos problemas da costa. Contra o processo de agregação dos sistemas de abastecimento do Pinhal Interior. Participação e saudação da luta da população de Penacova que obriga à saída do município de Penacova da APIN. Debate em defesa da água pública em Penacova. Acção em Arganil "Defender a floresta! Defender a água como bem vital!". (2021) Sobre o processo de entrada de Montemor o Velho na empresa intermunicipal de águas. Em defesa da Mata Nacional de Vale de Canas. Em defesa da Mata Nacional do Choupal. Reunião em Meruge sobre poluição do Rio Cortal.

Iniciativas, sessões e debates

(2018) Sessão Pública "A situação na UE e a acção do PCP" na Figueira da Foz (2018); Sessão Pública evocativa do 105º Aniversário do nascimento de Álvaro Cunhal (2018). Debate, no âmbito do II Centenário do Nascimento de Karl Marx, sobre "O Capital" em Montemor-o-Velho. Audição sobre segurança pública em Coimbra. (2019) Jantar Regional do PCP em Coimbra. Iniciativa de abertura da Biblioteca do Centro de Trabalho do PCP em Coimbra, Sessão em Coimbra "Defender o Povo e o País. Basta de Imposições da UE. Mais força à CDU." Sessão Pública em Coimbra com Manuel Rocha e Jerónimo de Sousa, Debate sobre o tema "1969 - A Luta em Coimbra". Sessão em Coimbra de Balanço do Trabalho Parlamentar XIII Legislatura. Comício CDU no Bairro Norton Matos em Coimbra "Avançar é Preciso, Mais Força à CDU". (2020) Jantar Regional "Intervir, Lutar, Avançar" em Vila Verde, Lamarosa, Coimbra. Sessão com Estudantes do Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Sessão Pública em Coimbra "No Combate ao Vírus, Nem um Direito a Menos". Descerramento de placa no local de nascimento de Álvaro Cunhal. Sessão pública "Soberania, Produção, Desenvolvimento". (2021) Evocação do revolucionário e construtor do PCP, Agostinho Saboga. Acções 6 de Março, Em Coimbra, no Largo da Portagem, na Figueira da Foz, Junto ao Centro de Trabalho do PCP, em Montemor-o-Velho, na Praça do Município, em Penacova, no Largo Dona Amélia em Penacova e em Soure, na Praça Heróis Coutinho e Cabral. Apresentação pública dos primeiros candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Coimbra. Debates "Arte e Pensamento, Modos de Transformar". Evocação de lutas dos trabalhadores do distrito. Acto público distrital da CDU em Coimbra. "Venham mais 100" - concerto comemorativo do centenário do PCP. Debate "A ciência e

ao tecnologia ao serviço do desenvolvimento do país". Arruada em Defesa do SNS. Apresentação candidatos CDU legislativas 2022. (2022) Comício em Coimbra – Legislativas 2022. Concerto "Força Decisiva na Cultura". Arruada de encerramento da campanha das legislativas 2022. Debate "O PCP, os Católicos e a Igreja". Exposição - 100 anos de lutas dos agricultores do distrito de Coimbra.

III - Luta de massas

3.1. MSU

É a organização dos trabalhadores e a sua luta por objectivos imediatos que determinará qual o alcance e abrangência dos direitos presentes e futuros. A correlação de forças existente na AR permitiu que, fossem aprovadas um conjunto de matérias de carácter salarial e social que constituíram avanços significativos no que se refere à reposição de direitos anulados pelo anterior governo PSD/CDS.

A Consolidação e protecção desta e outras medidas de carácter laboral e social dependerá da organização, unidade e capacidade da luta reivindicativa dos trabalhadores. Caberá aos comunistas do MSU continuar a trabalhar no sentido do alargamento da compreensão dos trabalhadores para a realidade do momento que só se desenvolverá a seu favor se a sua força organizada e o seu espírito de classe assim o impuser.

É um facto que a situação geral do MSU assenta numa realidade diferente daquela que verificávamos na última Assembleia. O peso do trabalho com vínculos precários no conjunto das actividades laborais não diminuiu e dificulta a organização sindical nas empresas e locais de trabalho.

Apesar de se manter um trabalho de sindicalização permanente, com resultados significativos mas que não compensam a dessindicalização, pela maior mobilidade da mão de obra e pelas passagens à reforma. Este facto tem tido reflexos financeiros significativos em toda a estrutura sindical do distrito.

Neste contexto a recém criada Casa Sindical do distrito de Coimbra , obra impar da vontade, determinação e solidariedade do MSU no seu todo, assegurará uma base de trabalho segura a todas as estruturas que dela fazem parte. Importa agora aperfeiçoar o seu funcionamento, adaptando-a-à realidade e às necessidades técnicas, humanas e administrativas do colectivo sindical.

Também terá que merecer a nossa atenção o movimento das comissões de trabalhadores. A estratégia do patronato também passa pela tentativa de condicionamento destas estruturas com o fim de dividir e enfraquecer a organização sindical. Até ao momento temos conseguido, também graças à intervenção dos comunistas e das suas organizações nas empresas e locais de trabalho, contrariar esta instrumentalização.

A recente criação da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Zona Centro poderá ser uma importante ferramenta ao dispor dos trabalhadores para combater as pressões diárias a que são sujeitos nos locais de trabalho.

É necessário não perder a presente dinâmica, mas sim superá-la e coordená-la para que a sua acção seja convergente com a do MSU.

3.2. Outras Associações e Movimentos de Massas

O PCP valoriza e apoia as associações e movimentos de massas e incentiva os seus militantes a envolverem-se nelas contribuindo para a sua expansão e regular funcionamento, sem perderem de vista a unidade e o diálogo fraterno entre todos o que lhes dará força e credibilidade reivindicativa.

Existem no distrito diversas associações e movimentos de massas que se distinguem na luta e defesa de direitos essenciais das populações. Não as podemos deixar cair, mas redobrar a sua energia.

Referimos:

- . o MUSP (Movimento de Utentes dos Serviços Públicos) promotor de diversas iniciativas pela defesa dos transportes públicos, SNS, escola pública, funções sociais do Estado, cultura;

- . o CPPC (Conselho Português para a Paz e Cooperação) – Núcleo de Coimbra e AAPC (Associação de Amizade Portugal/Cuba) – Núcleo de Coimbra empenhados no combate às políticas imperialistas, na luta pela soberania dos povos, pelo desarmamento e destruição de armas nucleares, na construção da paz no mundo;

- . o MDM (Movimento Democrático de Mulheres) – Núcleo de Coimbra com um trabalho de dinamização, particularmente, das mulheres para que, entre outras questões, lutem pelo fim das desigualdades com que se deparam quer no trabalho, quer na sociedade, contra a violência doméstica, contra a prostituição;

- . a ACRP (Associação de Coimbra de Reformados e Pensionistas)/MURPI pretende aglutinar os reformados/aposentados, os pensionistas e idosos na defesa das suas justas reivindicações de carácter económico, social e cultural bem como na fruição de actividades culturais e de lazer. Os problemas gerados pela pandemia COVID 19, com grave incidência na vida desta camada social têm prejudicado a prossecução de muitos dos seus objectivos que urge retomar;

- . a ADACO (Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra), a ASSOAÇOR (Associação de Baldios da Serra do Açor), a COBALCO (Associação de Cooperação entre Baldios do distrito de Coimbra), a CNA (Confederação Nacional de Agricultura) associações unitárias de defesa da agricultura, das florestas, dos baldios, da preservação do meio ambiente, da soberania alimentar, das economias locais e regionais;

- . a CPPME (Confederação Portuguesa de Pequenas e Médias Empresas) – Núcleo de Coimbra sector com graves problemas que deve ser impulsionado para alargar e intensificar a sua intervenção;

- . a ABIC (Associação dos Bolseiros de Investigação Científica) abrange uma camada profissional essencialmente jovem, de enorme importância para o desenvolvimento da ciência, luta pelo reconhecimento e dignificação do seu estatuto e do sistema científico e tecnológico português.

O envolvimento destas associações e movimentos, nos anos 2018 a 2022, foi particularmente visível nas lutas contra o encerramento das urgências do Hospital dos Covões, reconversão das antigas instalações do Hospital Psiquiátrico do Lorvão e integração na Rede Nacional de Cuidados Continuados, pela construção da nova Maternidade de Coimbra no Hospital dos Covões, fortalecimento do SNS, defesa da cultura, contra o encerramento de estações dos CTT, balcões da CGD, estação dos comboios Coimbra A, pela criação do estatuto da agricultura familiar, defesa do comércio da Baixa de Coimbra, das micro, pequenas e médias empresas, nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, manifestações do Dia da Mulher, Dia do idoso ...

A luta desenvolvida por estas associações e movimentos que envolvem diversas camadas sociais e a população em geral é indispensável a par da luta organizada dos trabalhadores nos seus sindicatos.

3.3. Eleições

No período entre Assembleias ocorreram 5 actos eleitorais. As Eleições legislativas e para o Parlamento Europeu em 2019, as presidenciais e autárquicas de 2021 e legislativas em 2022.

As legislativas de 2019 tem lugar após um ciclo político que, por acção e iniciativa do PCP e da luta dos trabalhadores permitiu em 2015 não só interromper e por fim à política de desastre e roubo dos governos do PSD/CDS, mas como avançar no sentido de reposição de direitos entretanto sonegados bem como produzir avanços com significado para os trabalhadores e o Povo.

Nas eleições legislativas de 2019, apesar do recuo eleitoral da CDU, foi possível dado o equilíbrio de forças resultante na AR, impedir o regresso de PSD e CDS ao poder e prosseguir o caminho trilhado em 2015, ainda que em circunstâncias mais desfavoráveis.

As eleições para o Parlamento Europeu de 2019 traduziram-se por uma significativa perda eleitoral da CDU. Foi um período marcado por fortes ataques ao partido, à sua seriedade, envolvendo múltiplos casos e uma intensa propaganda, mentira e manipulação, reproduzidos, empolados por horas e horas de comentário político, notícias que contribuiriam decisivamente para os resultados.

Nas eleições presidenciais o candidato apoiado pelo Partido consegue, no distrito de Coimbra, uma significativa subida eleitoral face às últimas eleições presidenciais, isto num quadro em que as forças que disputaram as eleições eram diferentes e em que foi amplamente notória a promoção de forças com discurso demagógico, com acção de dinâmica fascizante e com compromissos com o capital.

As eleições autárquicas de 2021 representaram um recuo em votos, eleitos e vereadores para a CDU no distrito de Coimbra. Eleições disputadas no quadro da pandemia, com fortes limitações à forma como intervimos e nos ligamos às populações, disputadas num quadro de dificuldades de organização quer por via da pandemia, da dificuldade em reunir e organizar trabalho, bem como restrições e dificuldades no contacto directo com as populações. Importa ressaltar no entanto, a manutenção do vereador em Coimbra, bem como a maioria CDU em 3 Juntas de Freguesia e um número significativo de eleitos que asseguram uma forte ligação às populações do distrito e mantêm a CDU como uma importante e relevante força autárquica no nosso Distrito.

As eleições legislativas de 2022 são marcadas face à recusa do PS em acolher contributos e propostas de progresso para o orçamento de estado. O PS avaliou o momento político marca se libertar do que veio posteriormente a caracterizar publicamente como “amarras” ou “constrangimentos” à sua esquerda.

Foram essas “amarras” que não só libertaram o país do rumo desastroso de PSD e CDS, como produziram avanços, reconquistas e conquistas no plano do trabalho, dos rendimentos e direitos sociais e na defesa dos serviços públicos.

O PS, fortemente pressionado e apoiado pelo capital avaliou a recusa das propostas do PCP, quer quanto ao salário mínimo, quer quanto à defesa do SNS, quer quanto à melhoria dos rendimentos de reformados e pensionistas, quer quanto à revisão das normas gravosas da legislação laboral (que permitiria uma elevação dos salários em geral), convergindo com o presidente da república para a convocação de eleições antecipadas.

Eleições disputadas num quadro desfavorável, numa intensa bipolarização, a que não faltaram sondagens manipuladas a preceito para traduzir um risco de PSD voltar ao poder, de promoção por um lado e sobrevalorização do papel de forças reacionárias de direita e extrema direita, de diminuição do papel do partido e apropriação por parte do PS dos avanços alcançados desde 2015.

De todo este quadro, que continua a merecer análise e aprofundamento de discussão, resultou uma quebra substancial de força eleitoral da CDU, com perda de votos e deputados, com a perda do grupo parlamentar do PEV.

No distrito as quedas são em linha com as quebras nacionais, não alcançamos o que seria um difícil objectivo de eleger um deputado por Coimbra.

O PS obteve maioria absoluta o que torna mais difícil influenciar institucionalmente avanços. É uma situação mais exigente e requer disponibilidade, determinação e organização para intervir e lutar por uma alternativa política patriótica e de esquerda, que defenda o interesse nacional e os direitos dos trabalhadores e explorados, bem como dando combate a todas as tentativas de retrocesso do que foi conquistado, pela luta e acção do partido, desde 2015.

IV – Reforço do Partido

4.1. Partido, Organização e Intervenção Política

O XXI Congresso do Partido coloca o reforço da organização do Partido, em todas as suas componentes, como uma tarefa permanente e prioritária e um instrumento para a acção. O Partido é chamado a intervir num quadro de grande exigência e complexidade e em muitas frentes. Em condições de epidemia, que exacerbou dificuldades e colocou novos problemas, o Partido assegurou intervenção directa junto dos trabalhadores e das populações. A ligação às massas é o elemento essencial da sua intervenção, sendo no trabalho de massas que o Partido encontra os novos militantes, os quadros, a energia revolucionária e a inspiração para, de forma consistente, se renovar, rejuvenescer e reforçar.

O último Balanço da Organização referencia a existência de 1687 membros do Partido no Distrito, número que significa uma diminuição face à última Assembleia, reflexo do esclarecimento da situação dos militantes na acção de contactos com membros do Partido. Quanto à composição social verifica-se uma larga maioria de operários e empregados, cerca de 28% de operários e 34,1% de empregados revelando um ligeiro aumento. 20,04% de intelectuais e quadros técnicos e 4,6% de micro, pequenos e médios empresários. Quanto à composição etária, 11% têm até 40 anos, 14,5% entre 41 e 50 anos 28,4% de 51 a 64 e 45,7% com mais de 64 anos.

4.2. Funcionamento, estruturação e trabalho de Direcção

Apesar das deficiências identificadas e que importa ultrapassar, o trabalho, a luta e a intervenção do Partido no distrito revelou-se fundamental e imprescindível em defesa dos trabalhadores e das populações existindo reais potencialidades de crescimento do Partido.

O trabalho de direcção foi estruturado e articulado entre os diferentes organismos de direcção. Desde os seus organismos executivos (Secretariado, Executivo), às Comissões Concelhias, Organismos de Direcção dos Sectores Profissionais e células de empresa.

A DORC reuniu ___vezes desde a IX Assembleia e deve manter uma composição com camaradas ligados às empresas e locais de trabalho, ao MSU e organizações representativas dos trabalhadores, intelectuais e camaradas do Partido no distrito. Importante desenvolver uma linha de renovação e rejuvenescimento.

Revela-se necessário que, a par da direcção política regular, possa considerar com mais frequência a discussão de áreas específicas de intervenção.

O Executivo da Direcção Regional, composto por camaradas com responsabilidades directas nas maiores organizações do Partido, reuniu com uma regularidade quinzenal. É o organismo de direcção política entre as reuniões da DORC, tendo um papel importante no conhecimento da realidade, na capacidade de decisão e de resposta política da Direcção. Foram dados passos para alargar o número de camaradas não funcionários com responsabilidades directas de organizações concelhias e de sectores que importa consolidar e aprofundar.

A existência de um Secretariado permite responder a questões quotidianas, dinamizar a vida do Partido e acompanhar as questões de quadros, de fundos e de organização.

As comissões concelhias, organismos de direcção de sectores profissionais e de empresas e outros organismos intermédios devem reforçar o seu papel, estimulando o funcionamento das organizações de base. Apesar do aumento de organismos concelhios com reunião regular, mantém-se heterogeneidade no grau de estruturação nas várias organizações do Partido no Distrito, persistem organizações concelhias que são organizações de base, pois não há estrutura ao nível de freguesias e de empresas. Nos organismos e sectores profissionais, apesar de alguma estruturação, torna-se necessário melhorar o seu funcionamento, sempre no sentido de favorecer o contributo para o fortalecimento das organizações de base – as células.

As organizações de base têm uma grande importância no trabalho partidário, sendo importante alargar o seu número e elevar o seu papel de direcção. Só regularizando o funcionamento dos organismos, melhorando a sua ligação aos problemas dos trabalhadores poderemos potenciar a sua intervenção política. Importa reforçar a linha de realização regular de Assembleias das Organizações como forma de reforçar o Partido e dinamizar a iniciativa política.

A JCP tem assumido um papel de vanguarda na mobilização e consciencialização da Juventude. O seu papel fundamental foi visível na intervenção nas acções de luta desenvolvidas. O trabalho articulado entre o Partido e a JCP, respeitando a sua autonomia, é essencial para intervir conseqüentemente em defesa dos interesses da Juventude.

Os Reformados (neste conceito incluímos reformados/aposentados, pensionistas e idosos) constituem uma camada social com grande expressão no nosso distrito que exige grande atenção e reforço do nosso trabalho. Conhecer bem a situação económica e social dos Reformados para melhor apoiar e estimular a sua luta por uma política que lhes proporcione “o direito a uma vida digna, a segurança na velhice e a plena integração e participação na sociedade” é uma exigência.

A Organização Regional de Coimbra tem, no conjunto dos seus militantes, 32% de reformados. Até agora, o esforço para dinamizar esta frente de trabalho foi insuficiente e os avanços são pequenos. Valorizamos o grupo de reformados da função pública, da Organização de Coimbra, que promove reuniões com regularidade. Valorizamos também, o empenho de militantes reformados no desempenho de tarefas essenciais à actividade geral do Partido (campanha de contactos, distribuição de propaganda, manutenção e segurança das instalações...). Mas é pouco. Há que aumentar esforços para aproveitar a

experiência adquirida no decurso da vida e aproveitar a maior disponibilidade dos militantes reformados para os envolver:

- . nas actividades de reforço do Partido transportando para a comunidade a nossa mensagem através do Avante, do Militante, dos documentos de propaganda, do esclarecimento;

- . no recrutamento de novos militantes;

- . na vida política e associativa da comunidade.

Este envolvimento exige organização devendo efectivar-se a criação e funcionamento de células ou comissões de reformados nos diversos concelhos.

A nível do movimento associativo popular importa ter mais atenção e debate sobre os problemas das colectividades populares. Incentivo a um maior envolvimento e participação dos comunistas no movimento associativo e o acompanhamento regular dos militantes com responsabilidades nesta área.

De sinalizar a criação e funcionamento de um Grupo para o trabalho camponês, junto da DORC do PCP, que permitiu acompanhar o sector e promover iniciativa política.

4.3. Organizações de empresa e local de trabalho

Todas as organizações do Partido devem dar prioridade à intervenção nas empresas e locais de trabalho. O trabalho nas empresas e locais de trabalho é essencial para um Partido como o nosso, é o elemento central da sua natureza de classe, do seu reforço, da intensificação e alargamento da luta de massas, da concretização dos seus objectivos e projecto.

A Organização de Empresas no Concelho de Coimbra, o Organismo de Empresas na Figueira da Foz e de Cantanhede, mas também a discussão em Organizações Concelhias a situação nas empresas, demonstram que é possível trabalhar junto das empresas e locais a partir das organizações concelhias. Também o trabalho dirigido aos trabalhadores das autarquias, coordenado com as posições de eleitos nos órgãos municipais, constituiu uma experiência que é necessário continuar e aprofundar.

No seguimento da acção dos 5 mil contactos, foi desenvolvida uma acção de criação de novas células e a definição de mais responsáveis por células, desde já concretizando o objectivo definido no âmbito do centenário do Partido de responsabilização de 100 novos camaradas por células e de criação de 100 novas células de empresa, local de trabalho e sector até Março de 2021. No distrito criaram-se 5 novas células e identificaram-se 7 possibilidades de novas células, para além das 7 que já existiam.

Importa adequar em cada organização as medidas de direcção e quadros, com vista ao reforço do Partido nas empresas e locais de trabalho; caracterizar cada uma das células em funcionamento e de que forma estas se traduzem em actividade junto dos trabalhadores e dos seus principais problemas e aspirações; promover a sindicalização de membros do Partido; sistematizar o levantamento dos trabalhadores que se destacam em cada empresa, estabelecer o contacto regular e, sempre que adequado, conversar para a sua adesão ao Partido; prosseguir o trabalho para a integração de membros do Partido com menos de 55 anos nas organizações das empresas e locais de trabalho; assegurar um controlo de execução mais regular; realizar encontros de âmbito regional ou concelhio sobre a situação e a concretização das decisões tomadas;

4.4. Militância e responsabilização de quadros

O trabalho colectivo, marca do estilo de trabalho do PCP, implica a participação nas reuniões dos organismos, o contacto directo e pessoal, a contribuição individual e militante de cada um, bem como a responsabilização por tarefas concretas. Deram-se passos positivos no conhecimento e responsabilização de quadros, mas mantêm-se dificuldades na responsabilização de quadros operários.

discutir com regularidade nos organismos a avaliação dos quadros e o levantamento de novos camaradas a responsabilizar, em particular operários, jovens e mulheres, definindo tarefas concretas e apreciando a sua concretização;

alargar a responsabilização de camaradas por tarefas adequadas às suas disponibilidades e características;

avaliar, entre os quadros que se destacam, os que têm condições para funcionários do Partido;

fazer o controlo de execução ao desempenho das tarefas, indispensável para o apoio ao trabalho, ao conhecimento e ao desenvolvimento dos quadros;

definir de forma mais organizada e dirigida o plano anual de formação de modo a alargar a preparação teórica dos quadros, potenciando os meios existentes, na Escola do Partido e nas organizações.

Desde a última Assembleia da Organização Regional aderiram ao Partido 137 novos militantes no distrito. O acompanhamento da integração em organismos tem que ser melhorado.. Como linha de trabalho para o futuro importa regularizar a realização de uma acção de formação ideológica anual para novos militantes que permita contribuir para a formação dos quadros, acompanhar a sua integração nos organismos e aferir de disponibilidades para o trabalho do Partido.

O melhor conhecimento dos quadros, o seu acompanhamento ajuda a sua integração em organismos e na vida colectiva do Partido. É necessário alargar o núcleo activo, responsabilizando mais camaradas por tarefas concretas. Importa fazer um balanço e discussão constante nos organismos.

Apesar de termos realizado algumas acções de formação ideológica, não temos conseguido concretizar um plano constante de Cursos de Formação Ideológica. É importante a realização regular deste tipo de iniciativas.

4.5. Recrutamento organizado e personalizado

Em Janeiro de 2018 o Partido lançou a campanha "Sobre o reforço do Partido. Por um PCP mais forte e mais influente" que teve continuidade após o XXI Congresso com a Campanha Nacional de Recrutamento "O Futuro tem Partido" e que se estende até Abril de 2023. Entre outros, são seus objectivos definir sectores, empresas e locais prioritários, fazer o levantamento de nomes e contactá-los individualmente. Concretizados os

recrutamentos, integrar os novos militantes, prioritariamente, nos seus locais de trabalho criando e dinamizando células de empresa.

A Organização Regional de Coimbra fez 137 recrutamentos de Janeiro de 2018 a Dezembro de 2021 – empresas 21, Administração Pública Central 14, Sector Intelectual 9. Os restantes 93 recrutamentos foram inseridos nas organizações de freguesia da área de residência.

4.6. Festa do Avante!

A Festa do Avante!, acontecimento político-cultural de características únicas no nosso país, assume-se como um momento determinante de afirmação do Partido, da sua acção e propostas, da sua identidade forma de funcionamento, colectivo e militante. Importa, por isso, que toda a organização do Partido se empenhe, discuta colectivamente a Festa e as formas de melhora, em particular, a participação e o espaço da Organização Regional de Coimbra.

É necessário melhorar o trabalho de divulgação, assumindo a importância do contacto directo e a presença de rua na promoção da Festa!, das Jornadas de Trabalho e das excursões, assim como do Concurso de Bandas do Palco Novos Valores. Neste trabalho, mantém-se a necessidade de considerar como prioritário, a par da divulgação, um esforço para intensificar a venda antecipada e a compra militante da EP.

3.7. Quotas e capacidade financeira do Partido

O Partido tem de continuar independente. Para tanto é indispensável assegurar o seu financiamento. O aumento das receitas é determinante para intensificar e melhorar a actividade e intervenção do Partido. É fundamental o rigoroso controlo de despesas.

A percentagem de membros do Partido a pagar quotas é de 29%, o que é insuficiente. Os níveis de recolha de quotização são insatisfatórios, a quota média da organização é de 12,32€, sendo de referir que há grande heterogeneidade das quotizações recebidas.

A acção de contactos com membros do Partido tem revelado potencialidades na cobrança de quotização, demonstrando que o problema se situa na melhoria dos sistemas de cobrança de quota. É preciso providenciar a recolha de quotizações e seu quantitativo, com recurso, por exemplo, ao desconto bancário, mas também alargando o núcleo de camaradas com a tarefa de cobrança. Até à próxima AORC aponta-se, como meta, um acréscimo de mais 40% dos camaradas a pagarem regularmente a sua quota. É necessário, também, otimizar a recolha de donativos de camaradas e amigos do Partido, alargando significativamente a recolha de pequenas contribuições. É essencial assegurar o cumprimento pelos nossos eleitos do princípio de não ser prejudicado nem beneficiado financeiramente no exercício de cargos públicos.

Nestes últimos três anos a situação financeira da ORC manteve-se num precário equilíbrio na relação Receitas/Despesas. Entretanto, e já para além da mera gestão diária, há investimentos urgentes que têm de ser feitos: renovação de viaturas, meios informáticos, reprografia, isto só será possível se for dada uma atenção muito especial à rubrica das receitas.

A Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, contra a qual o Partido sempre se manifestou e, além do mais, porque as nossas contas são de âmbito nacional, exige-se maior regularidade na prestação de contas. A exigência deste trabalho coloca também a necessidade da criação de uma Comissão de Fundos capaz de acompanhar e apoiar esta tarefa dos organismos executivos da ORC, no entanto tem sido difícil a implementação desta orientação.

3.8. Informação, propaganda e imprensa do Partido

Conhecer e divulgar a informação, propaganda e imprensa do Partido é mais uma tarefa de primordial importância e que deverá ser preocupação de todos os militantes. Porém, há muito a fazer nesta área. É urgente que um maior número de militantes se empenhe na distribuição da informação e propaganda do Partido para levar ao conhecimento da população a sua acção e as suas propostas tão silenciadas pelos Órgãos de Comunicação Social. Experiências recentes com vendas especiais do Avante, comprovaram as potencialidades da sua distribuição que nem sempre são consolidadas por debilidades da organização. Importa superar estas dificuldades responsabilizando camaradas por esta tarefa.

Notam-se avanços na angariação de assinantes do Avante!, contudo, ainda estamos aquém do desejável. É imperativo avaliar em todos os organismos as possibilidades de aumento da difusão do Avante!, fazendo listas nominais de camaradas que o podem assinar, bem como fazer o levantamento de camaradas que o possam distribuir, no quadro das ADE's (pontos de distribuição) existentes ou a criar; incentivar a compra ou assinatura do Militante deve, igualmente, fazer parte das preocupações dos organismos e células do Partido.

Salienta-se, ainda, a importância da internet e a necessidade de melhorar a página da Organização Regional de Coimbra, bem como a difusão de conteúdos na redes sociais.